

**A PERCEÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA POR ESTUDANTES
TIMORENSES DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS**

FILOMENA DA IMACULADA CONCEIÇÃO PINTO

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação,
Especialização em Educação, Comunicação e Linguagem**

9 DE AGOSTO DE 2010



DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A candidata,



Filomena da Imaculada Conceição Pinto

Lisboa, 2010

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A orientadora,



Professora Doutora Maria do Carmo Pereira de Campos Vieira da Silva

Lisboa, 2010

Aos meus Queridos Pais, que está junto no céu,
César do Carmo Pinto e Domingas da Conceição Sarmento
e aos meus irmãos e irmãs

Agradecimentos

Agradeço, antes de mais, a minha orientadora – Professora Doutora Maria do Carmo Pereira de Campos Vieira da Silva – pela sua atenção e constante incentivo que, ao longo deste percurso académico, sempre me indicou a direcção a ser tomada, nos momentos de maior dificuldade, e com quem sempre contei como interlocutor interessado em participar de minhas inquietações. Com ela aprendi quase tudo aquilo que permitiu aventurar-me nos meandros intelectuais e, muito particularmente, no tecido desta tese.

Agradeço-lhe estas e outras lições vindouras e, de uma maneira muito especial, todo o seu carinho e a sua constante amizade.

Agradeço à Dr. Otilia Maria – que se dignaram conceder-me muito do seu pouco tempo disponível para fazer a necessária revisão textual.

Não quero deixar de agradecer ao Director da FCSH que se dignou conceder-me esta oportunidade, de concluir a minha tese.

Entre os apoios generosos que me permitiram custear os meus estudos queria destacar o Dr. Vicente Paulino que se dignou conceder-me muito do seu tempo disponível para fazer o necessário contraponto com o universo do estudo desenvolvido.

Permitam-me, finalmente, que agradeça a todos os que não cabem nesta designação, de maneira especial aos meus irmãos e a toda a família, pelo seu apoio incondicional. Ainda que o distante seja grande e o mar nos separe, em silêncio de amor, canto-lhes os meus versos.

A PERCEPÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA POR ESTUDANTES TIMORENSES DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

Filomena da Imaculada Conceição Pinto

Palavras-chave: Língua, Estudantes timorenses, Língua Portuguesa, Identidade, História de Timor,

Resumo:

Após de 24 anos de luta, o povo timorense encontrou a sua liberdade total, através do *Referendum* que, então, foi presidido pela ONU, em 30 de Agosto de 1999. Nasceu, assim, uma nova nação chamada Timor-Leste. O povo timorense demonstrou, desta forma, seu valor heróico, ao ser um Estado soberano, como qualquer outro Estado-nação. O objectivo principal do presente trabalho é tentar entender os motivos que conduziram à escolha do português como língua oficial de Timor-Leste, uma vez que, todos sabemos, Timor-Leste dispõe de uma língua congregadora, que é denominada Tétum. Procuramos, por isso, analisar o quadro das diversas componentes para podermos perceber a percepção que os estudantes timorenses a frequentarem o Ensino Superior, em português têm da Língua Portuguesa.

A PERCEÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA POR ESTUDANTES TIMORENSES DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

Filomena da Imaculada Conceição Pinto

Key-words: Identity, East Timor Students, History of East Timor, Portuguis language.

ABSTRACT:

After 24 years of struggle, the Timorese people found its complete freedom, through the referendum, which then was chaired by the United Nations on 30 Augustus 1999. Thus was born a new nation called East Timor. The Timorese people, has thus his heroic stature and showed the world to be a sovereign state, like any other nation state. Main objective of this paper is to understand how he had to choose Portugis as officially language of East Timor, when we know that East Timor is composed of a uniting language, which is named for Tétum. We seek, therefore, is the picture of the various components so that we can understand the perception of the Portugis language to East Timorese students in Portugal University.

Índice

Agradecimentos	
Introdução	1
I PARTE-ENQUADRAMENTO TEORICO-HISTÓRICO	4
1. A Língua Portuguesa em Timor no tempo dos Portugueses (1516-1978)	4
1.1. Como veículo da administração	7
1.2. Como veículo de instrução	9
2. Durante a ocupação da Indonésia (1975-1999)	12
2.1. Como veículo da resistência	15
2.2. Nas escolas	20
3. A Língua Portuguesa após a restauração da Independência (20 de Maio de 2002)	21
3.1. Problema da sua reintrodução	23
3.2. Sua contribuição para a nova identidade da nação	26
3.3. A língua de instrução no sistema educativo	31
Síntese geral	41
SEGUNDA PARTE – ESTUDO EMPÍRICO	43
1. Metodologia	43
2. Sujeitos	44
3. Instrumentos	45
4. Procedimentos	46
5. Análise e discussão dos resultados	47
III PARTE – CONCLUSÃO	56
BIBLIOGRAFIA	61
ANEXOS	65

Figuras

Figura 1 – Mapa de línguas maternas em Timor-Leste faladas por distrito	4
Figura 2 – Mapa de <i>Divisão linguística do território</i>	5
Figura 3 – Línguas oficiais e de trabalho	24
Figura 4 – Línguas: Compreensão e preferências	24
Figura 5 – Mapa Timor-Leste independente	25
Figura 6 – Número de estudantes registados nos anos 1976/77 até 2002/2003	32
Figura 7 – Futuras gerações de Timor	34
Figura 8 – Biblioteca Maliana	37
Figura 9 – Dados de população e acesso à Internet <i>Internet World Stats</i>	40

Siglas

CNRT – Concelho Nacional da Resistência Timorese
CPLP – Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
CPP – Pesquisa e Planeamento
CATTL – Comissário para o Apoio à Transição de Timor-leste
ETTA – East Timor Transition of Administration
FRETILIN – Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
FUP – Fundação das Universidades Portuguesas
GPK – Gembolang Pengacau Keamanan
IPI – Institut Pendidikan Indonési
MECJD – Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto
ONU – Organizações das Nações Unidas
OJETIL – Organização da Juventude de Timor-Leste
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PELITA – Pembangunan Lima Tahun
SD – Sekolah Dasar
SMP – Sekolah Menengah Pertama
SMA – Sekola Menengah Atas
STM – Sekolah Teknik Menengah
SMKK – Sekolah Menengah Kesejahteraan Keluarga
UNTAET – United Nation Transition of East Timor
UNTIM – Universitas Timor Timur

INTRODUÇÃO

A nação de Timor-Leste foi colonizada pelos portugueses há quatrocentos anos. Durante o domínio português, quer na administração quer no sistema de ensino, era usada exclusivamente a Língua Portuguesa. A língua é um factor de identidade e faz parte da herança de um povo.

A Língua Portuguesa é um elemento indispensável para recuperar e preservar a identidade histórica, cultural e política dos timorenses. Timor - Leste tornou-se independente (Maio de 2002), após vinte e quatro anos de domínio Indonésia (1974-1999) e três anos de Administração Transitória das Nações Unidas.

Durante a ocupação indonésia, a Língua Portuguesa continuou viva em Timor-Leste, não apenas como um símbolo da resistência, mas também por ser uma “língua sagrada” que faz parte da base da identidade nacional. Neste sentido, a constituição da República Democrática de Timor-leste consagra, no seu 13.º Artigo, a Língua Portuguesa juntamente com o Tétum, como as duas línguas oficiais do mais jovem país do mundo.

A Língua Portuguesa, sendo uma das línguas oficiais, é língua de instrução, mas não é língua de comunicação, porque esta é feita na língua materna, ou seja, em Tétum. O Tétum é a língua com maior expressão em Timor - Leste, devido à utilização enquanto língua franca. Esta realidade é fruto do percurso do próprio país. O Tétum é uma língua da família austronésica, ao que parece originária da Formosa e talvez também do sul da China continental¹. Como sabemos, Timor-Leste é a metade leste de uma ilha, cuja outra metade (oeste) pertence à Indonésia. Mais especificamente, essa língua predomina na parte central e setentrional da ilha de Timor, sendo usada como língua franca, no dia-a-dia, em troca de mercadorias ou como instrumento de comunicação, entre diferentes grupos étnicos.

Existem cerca de 35 dialectos em Timor-Leste, falados por outros tantos grupos étnicos, cada um deles com características bem diferentes. Timor-Leste, além de ser pluricultural, é também plurilingue. Durante a colonização portuguesa, que perdurou cerca de 450 anos, o

¹ Esta área linguística abrangia o espaço que medeia entre Madagáscar (África) e a Formosa (Taiwan), incluindo a Micronésia, a Polinésia e algumas zonas da Melanésia. Como outros pontos extremos, refiram-se o Hawaii, a Ilha da Páscoa e a Nova Zelândia. Veja-se, a propósito: João Pedro Ferro, “*Os Contactos Linguísticos e a Expansão da Língua Portuguesa*”, in A. H. de Oliveira Marques, (coord), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol 1, 1998, pp. 357-363.

povo usava o Tétum como meio de comunicação entre vizinhos, no comércio e até mesmo como meio de expressão de pensamento (cultura).

Luís Filipe Thomaz (2002:67) destaca que o primeiro Tétum é o Tétum-térik² e que já se havia estabelecido como língua franca³, antes da chegada dos portugueses, aparentemente em consequência da conquista da parte oriental da ilha, pelo império dos Belos e da necessidade de um instrumento de comunicação comum para as trocas comerciais.

Com a chegada dos portugueses à ilha, o Tétum apodera-se de vocábulos portugueses e malaios e integra-os no seu léxico, tornando-se uma língua crioula e simplificada. Nasce assim o Tétum-praça⁴. Muito embora, em finais do século XIX, os jesuítas de Soibada tenham traduzido para Tétum parte da Bíblia e, em 1913, o governador da colónia tenha tentado introduzir o Tétum no sistema educativo timorense, é apenas em 1981 que a Igreja adopta esta língua na liturgia. Apesar de o Tétum - praça possuir variações regionais e sociais, hoje o seu uso é alargado porque é compreendido por quase toda a população timorense. É este Tétum-praça que foi adoptado como “língua oficial” com a designação de Tétum Oficial.

Actualmente, após a independência que se deu em 1999, a Língua Tétum e a Língua Portuguesa foram escolhidas como línguas Oficiais de Timor-Leste. Para o melhor conhecimento desta realidade, o presente Estudo consiste num primeiro ensaio exploratório de questões relativas à Língua Portuguesa em Timor-Leste auscultando estudantes timorenses, que frequentam o Ensino Superior em Lisboa, pretendendo-se, através das caracterizações das variadas percepções dos timorenses, recolher elementos que nos ajudem a aprofundar a temática de como fazer para expandir a língua com o intuito de que todos possam ter acesso a todos os sectores: trabalho, vida quotidiana e nomeadamente no que diz respeito à contribuição da Língua Portuguesa para a construção da Nação de Timor-Leste.

Como ponto de partida, colocamos algumas questões fundamentais: Por que razão é que no período português a Língua Portuguesa não foi considerada como uma língua de comunicação de todos os timorenses? Porque é que a Indonésia proibiu a Língua Portuguesa nas escolas em Timor-Leste? Qual é a razão que levou a Língua Portuguesa como veículo da

² Um Tétum fino (puro) e falado sem influência da Língua Portuguesa ou de dialectos. Esse tipo de Tétum é falado por uma minoria do povo timorense, na parte central de Timor Leste, chamada Soibada e Laklubar, além da região fronteiriça com a Indonésia, chamada Atambua. Esse Tétum é mais bem estruturado e rico em vocábulos próprios. Exemplo: *lakauk* ‘saber’, *hamerak* ‘turvar’. Veja-se também: Sá, Artur Basílio de (1961), *Textos em teto da literatura oral timorense*, Lisboa: Junta de Investigação Ultramarina.

³ O Tétum é falado pelos timorenses no interior da ilha, em regiões em que a Língua Portuguesa tem pouca influência. Nessa variedade, utilizam-se muitas palavras tomadas de empréstimo dos dialectos.

⁴ O Tétum é falado especialmente na cidade e nas áreas de maior concentração de pessoas como mercados

resistência timorense? Por que é que os representantes do povo timorense na “Assembleia Constituinte” escolheram o português como Língua Oficial de Timor-Leste? Que futuro da Língua Portuguesa em Timor-Leste? Estas questões serão respondidas e abordadas ao longo deste trabalho.

Tendo como base este pano de fundo, e em vista da recolha de informação, definiram-se os seguintes objectivos gerais para o nosso estudo: Procuraremos contextualizar historicamente a Língua Portuguesa no tempo da colonização portuguesa (1516-1975), no tempo da ocupação indonésia (1975-1999) e no tempo da Independência (20 de Maio de 2002); recolheremos as informações necessárias sobre a percepção da Língua Portuguesa pelos estudantes timorenses no Ensino Superior; obteremos os elementos que conduzam ao reconhecimento da importância da Língua Portuguesa.

Este trabalho será apresentado em duas partes:

A primeira parte apresenta um breve enquadramento teórico-histórico sobre a Língua Portuguesa em Timor-Leste nos três períodos citados, sendo as palavras-chave as seguintes: *Língua, Estudantes timorenses, Língua Portuguesa, Identidade, História Cultural e Comunicação* Durante a colonização portuguesa: nesta parte começaremos com a nossa abordagem histórica a partir de sua introdução como veículo de administração e veículo de instrução. Durante a ocupação indonésia (1975-1999): neste tópico, basearemos a nossa reflexão a partir de como é que a Língua Portuguesa conseguiu resistir firmemente até à saída da Indonésia em Timor-Leste? No entanto, para enquadrar melhor a questão, teremos de analisar a fase da Língua Portuguesa, foi o suporte e veículo da resistência. Analisaremos, de seguida, o seu horizonte nas escolas, após a restauração da independência (20 de Maio de 2002): neste enquadramento, procuraremos desenvolver as principais vias através das quais poderá ser possível reintroduzir a Língua Portuguesa em Timor-Leste, a saber: as dificuldades da sua reintrodução quanto à recuperação, contribuição e aceitação para a nova identidade da nação; a língua veicular de instrução no sistema educativo vigente.

Na segunda parte pretende-se fazer o Estudo Empírico segundo as orientações de Albano Estrela (1994) fazendo uma análise de dados recolhidos junto dos estudantes timorenses, cursando as Universidades de Lisboa e do Porto, relacionando o seu conhecimento com as dificuldades de compreensão da Língua Portuguesa por eles sentidas. Como conclusão, procuraremos discutir e comentar os dados obtidos.

PRIMEIRA PARTE

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. A Língua Portuguesa em Timor no tempo dos Portugueses (1516-1975)

A língua é um factor de identidade e parte integrante da herança cultural de um Povo. Timor-Leste foi colónia portuguesa, desde 1516 até 1975. Nos primeiros anos de Quinhentos, assiste-se a um crescimento espectacular da presença portuguesa no Oriente. Os contactos exploratórios de Vasco da Gama rapidamente deram origem a claras intenções de fixação territorial em diversos pontos do extremo litoral asiático; as tentativas foram geralmente, bem conseguidas através da intervenção nos activos circuitos mercantis locais.

Afonso de Albuquerque (1468-1524) é considerado um dos grandes obreiros do edifício imperial da Língua Portuguesa em terras orientais. Foi durante o seu governo na Índia que os portugueses conquistaram Goa (1510) e Malaca (1511). Após a conquista de Malaca, os portugueses chegaram a Timor (1516). A este respeito, Thomaz (2002:136) afirma que “a ilha era regularmente escalada por navios mercantes, da Coroa ou, mais geralmente, de particulares, que vinham trocar tecidos, armas e ferramentas por sândalo e um pouco de cera e mel”.

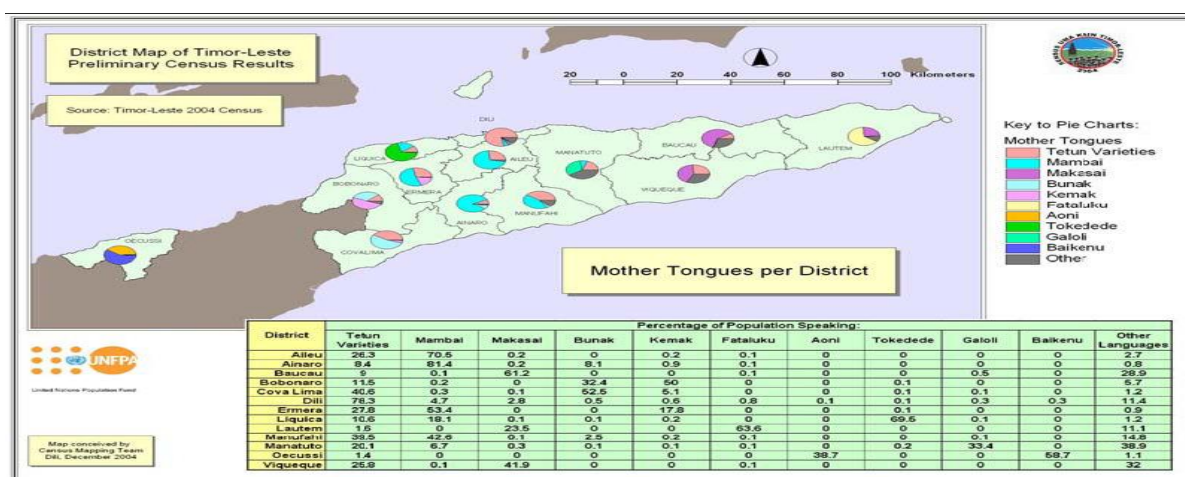


Figura 1 – Mapa de línguas maternas em Timor-Leste faladas por distrito⁵

⁵ Fonte: Direcção Nacional de Estatística “Timor-Leste 2004 Census Mapping and GPS Operations”, Fevereiro de 2005.

A Língua Portuguesa tornou-se rapidamente, por toda a parte, a língua veicular do comércio. A este respeito, Sílvio (2002:52), na sua obra *A Língua Portuguesa no mundo*, refere que o professor e historiador Luís Filipe Thomaz fez uma excelente observação e distinguiu a ocupação portuguesa em quatro fases distintas: a primeira fase foi marcada pela ordem comercial; a segunda fase coincidiu com o início da colonização forçada pela presença de missionários (jesuítas e dominicanos) nos meados do século XVI; a terceira fase constituída pela representação de interesses económicos e políticos que principia uma organização político-administrativa e o desembarque de tropas militares, bem como a nomeação de um governador; por último, consolidou-se o poder político português no território e enfraqueceu, deste modo, o domínio dos régulos locais (como os *liurais*, e os *dátos*); no entanto, só nos finais do século XIX é que todos os sistemas político-sociais passaram integralmente a ser controlados pela administração colonial.

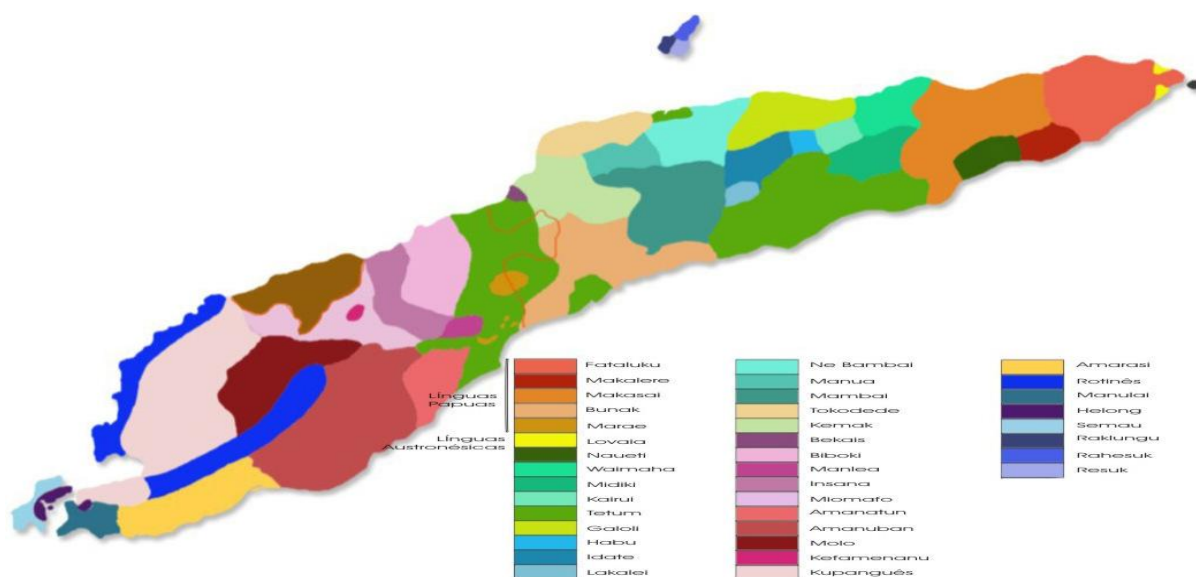


Figura 2 – Mapa de Divisão linguística do território. Fonte: web.carta.com (2010)

A presença portuguesa no território de Timor remonta aos inícios do século XVI, mas só se consolidou nos princípios do século XVIII, com a nomeação do primeiro governador António Coelho Guerreiro (1702). Desde o século XVI que se conhecem os relatos da presença portuguesa em Timor-Leste. Os primeiros a chegarem à Ásia foram os missionários jesuítas na metade oriental do arquipélago, como nas costas da Península Malaia, de Sumatra e de Java.

Por volta de 1556, chegaram também os primeiros missionários dominicanos que se estabeleceram na ilha de Solor e Flores, a partir das quais iniciaram, um pouco mais tarde, a evangelização de Timor. Porém, a presença permanente em Timor só se efectuou com a fundação de um convento dominicano em 1633. Foram eles (os dominicanos) que abriram as primeiras escolas elementares. Após a queda de Malaca, tomada pelos holandeses em 1641, os bispos passaram a ter residência habitual em Timor.

A sede da capitania construiu-se em 1646 em Cupão, hoje pertencente à Indonésia, Timor Ocidental. Em 1652 caiu em poder dos holandeses e a capitania passou, então, para Lifau (1769), um dos pontos estratégicos no enclave de Ué-Cussi. Díli, desde então, foi organizando um esboço de administração central. O português foi, logicamente, a língua administrativa.

A acção evangelizadora dos dominicanos em Timor-Leste converteu ao cristianismo muitos reis locais (*liurais*) que adoptaram nomes portugueses, e fundaram escolas elementares que serviram para a expansão da Língua Portuguesa. Isto é o resultado de uma presença expansionista e histórica que ninguém poderá esquecer de um momento para outro. Segundo Costa (2001:60): “O português começou a marcar a sua presença em Timor com a evangelização dos frades dominicanos em 1640, e com a implantação do ensino, também a cargo dos missionários, quando o primeiro governador de Timor transferiu a capital de Lifau, Oe-kusi, para Díli”. A partir de 1863 Timor foi governado por Afonso de Castro⁶. A ele se deve o primeiro estudo histórico sobre a província, e foi ele quem desenvolveu medidas de fomento da agricultura, artesanato e comércio, e ainda uma reorganização administrativa e a fundação de um colégio para os filhos dos *liurais*⁷, embora não se tivesse completamente chegado aos filhos do povo.

Com o controlo efectivo sobre todo o território de Timor nos finais do século XIX e nos princípios do século XX, a presença da Língua Portuguesa ganhou um novo fôlego, expandiu-se a zonas mais isoladas fora de Díli, nomeadamente através da presença da administração

⁶ Este ex-governador de Timor Português no seu curioso testemunho afirmava que “O homem [de Timor já] tinha abandonado os bosques, a vida errante e nómada e havia-se fixado em terras cultiváveis. A tribo tinha-se transformado em aldeia, e a aldeia havia estabelecido relações com outras vizinhas, formando estado. Pequenos e miseráveis estados, mas todos os elementos que constituem nação” (ver Castro 1867:17-18). Este relato faz-nos crer que antes a chegada dos portugueses os antepassados do actual povo de Timor, já estabeleciam o estado próprio, embora um estado feudal do mesmo que na Europa medieval.

⁷ *Liurai*, palavra Tétum adoptada pelo português de Timor, *significa* “*rei, régulo* por extensão chefe nativo timorense de hierarquia elevada”. Veja-se: Castro, Afonso de (1867), *As Possessões Portuguesas na Oceânia*, Lisboa: Imprensa Nacional; cf. Felgas, Hélio Esteves (1956), *Timor Português*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

eclesiástica e da administração colonial nesses locais, que começou a integrar também timorenses. Como recorda Thomaz (2002:65) que “Os régulos perderam parte dos seus poderes, tutelados agora por uma administração burocrática de tipo colonial, presente em todos os cantos da província e não já, como até então, [apenas] na capital. Os quadros do funcionalismo dilataram-se e neles começaram a penetrar aos poucos os timorenses letrados”. Foi certamente para nós, um momento importante porque começaram aí que teriam de ser falantes da Língua Portuguesa. Foi assim que o português, logicamente oficializado como língua administrativa, se difundiu e se foi incrementando cada vez com maior profundidade.

1.1. Como veículo da administração

Muito embora a presença portuguesa no território de Timor remonte ao início do século XVI, só nos princípios do século XVIII, com a nomeação do primeiro governador António Coelho Guerreiro (1702), se processa uma integração de Timor na Administração Portuguesa, obtida sobretudo mediante a militarização das estruturas tradicionais⁸. Grande parte dos reinos existentes em Timor aceitou o domínio português e iniciou-se uma administração indirecta até aos finais do século XIX.

Quando os portugueses chegaram a Timor, encontraram a ilha dividida em múltiplos reinos. Só no século XX, a ocupação portuguesa da ilha passa a manifestar-se por uma estrutura administrativa e política, ainda que se mantenha a tradicional divisão em reinos, sucos e povoações. Timor estava dividido em diversos “reinos” que se encontravam agrupados e sob a influência dominadora de dois grandes Liurais (autoridade tradicional).

Dezasseis “reinos” da denominada província de Servião (hoje Timor Ocidental), aceitavam a supremacia do régulo de Senobai, enquanto 46 “reinos”⁹ pertencem à província

⁸ De acordo com Teodoro Artur de Matos (1974:118), o estudo sobre a administração de Timor na época portuguesa, “torna-se necessário considerar separadamente a autoridade civil e militar, embora o governador reunisse sempre os dois poderes e alguns dos seus funcionários exercessem simultaneamente funções civis e militares”. Importa apontar também que as alterações que vieram ser introduzidas na administração tradicional dos timorenses, integrando-os no novo modelo para melhor e eficiente subordinação à soberania portuguesa. Ainda que o estudo sobre a evolução administrativa do Timor Português nos dois primeiros século da sua existência admite o estabelecimento de compartimentos que, sem serem estanques, traduzem os problemas e as opções dessas épocas, que normalmente para adaptar-se com as estruturas administrativas tradicionais existentes.

⁹ Nomes de reinos existentes em Timor Oriental: Alas, Ambeno, Ataúro, Athara, Atsabe, Balibó, Baríque, Baucau, Bibico, Bibiçuço, Bibiluto, Boibau, Caelaco, Caimau, Cairuhi, Cová, Cutubaba, Daicorele, Dilor, Diribate, Dotic, Ermera, Failacor, Fatumartó, Fatumean, Faturó, Fialara, Fohulau, Folofaik, Fohorem, Fúnar, Hera, Lacló, Laclubar, Lacluta, Laga, Laicor, Lalea, Lamekitos, Lautem, Leimea, Liquicá, Luca, Mahubo,

dos Belos (a que corresponde Timor Oriental acrescido do reino de Atambua hoje na parte indonésia), reconheciam o domínio do régulo de Behale. Os “reinos” abrangiam diversos sucos chefiados por um chefe Felgas (1956:130); veja-se Matos (1974:104); *apud* Marcos (1995:28-29).

Os sucos incluíam algumas povoações ou aldeias, designadas por *leo*, *lissa* ou *ili*, conforme o dialecto. Tanto os *Liurais* como os Chefes de Suco e mesmo alguns chefes de povoação eram *datós* (príncipes), e formavam a classe da nobreza e recebiam do povo o *raiten* (imposto da terra). Era tipicamente um regime feudal Marcos (1995:28-29)¹⁰. Procedeu-se à estruturação político-militar do território, atribuindo aos régulos e chefes patentes de oficiais do exército Português, organizando em companhias de moradores os seus arraiais de tropas¹¹. El-rei de Portugal, representado pelo Governador, substituiu como suserano dos régulos o imperador de Ué-Hali que antes ocupava o vértice da Pirâmide Feudal Timorense e no território passou a usar-se a Língua Portuguesa. François Etienne Rosely, comandante de um navio francês que em 1772 se encontrava em zonas costeiras de Lifau e de Díli, deixou o seu testemunho nos seguintes termos: “Quase todos os chefes falam português e nos reinos vizinhos dos portugueses é a língua geral (...). Conheci alguns muito sensatos, espirituais, engenhosos, sinceros e de boa fé, entre os quais um, muito versado na história da Europa” Thomaz (1994:645)¹² e, o facto de que “os bisavós timorenses já falavam e entendiam o português antes mesmo de o capitão Cook ter pisado o solo australiano, ou seja, antes de os australianos terem uma sua língua dita oficial, da mesma maneira, o português já havia assentado arraiais em Timor-Leste”¹³

Manatuto, Manufai, Manumera, Marobo, Matarufo, Maubara, Maucatar, Montael, Naimute, Obulo, Ocusse, Raimea, Sama, Samoro, Sanir, Sarau, Suai, Turiscari, Tutuluro, Vemace, Venilale, Viqueque”.

¹⁰ Veja-se Jorge Barros Duarte, *Timor: Formas de Fraternização*, separata de *Arquivos do Centro Cultural Português*, XVII, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, pp. 538-584.

¹¹ De acordo com o documento AHU (Arquivo Histórico Ultramarino) – *Documento avulsos de Timor*, caixa 1, “Cópias do traslado das provisões que o governador António Moniz de Macedo passou aos reis e coronéis da ilha de Timor da invenção das fintas reais que eram obrigados a pagar anualmente por terem os reis contribuído com o pardau por cabeça de toda a gente”, Batugadé, 10 de Julhos de 1737, publicado por Afonso de Castro (1867:221-224).

¹² Tal experiência tendo em conta também no curioso testemunho da escocesa Anna Forbes, que visitou a Timor em 1882: “É estranho não se ouvir malaio em Timor, já que o malaio se fala em todo o arquipélago civilizado. Mas aqui, os nativos têm de aprender a língua dos seus senhores (portugueses) se querem ter algum contacto com eles (...). Os nossos criados de Amboína, que estiveram connosco em Timor-laut [=Yamdena], dizem que terão gosto em ir connosco a qualquer parte do arquipélago menos a Timor, porque ali ninguém fala a língua deles, além de que os nativos são muito diferentes...” *apud* Hull (2002).

¹³ Regina Helena Pires de Brito, *O português de Timor-Leste*, o texto está disponível em <http://www.fflch.usp.br/eventos/simelp/new/pdf/mes/03.pdf> consulta a 23/3/2009).

A partir daí, os *liurais* perderam parte de seus poderes, tutelados agora por uma administração burocrática de tipo colonial, presente em todo o território. Os quadros do funcionalismo dilataram-se e neles começaram a penetrar aos poucos os Timorenses letrados. Para os que aspiravam entrar em qualquer nível dos quadros da função pública tornou-se uma necessidade aprenderem a Língua Portuguesa.

1.2. Como veículo de instrução

Brito, no seu artigo “*O português de Timor-Leste*”, sustenta que “Indiscutivelmente, a administração colonial privilegiava o português como língua de instrução, ensinada nas escolas (e, naturalmente, veiculando conteúdos da cultura lusa), que se empregava na modalidade escrita e nas [diversas] actividades culturais e administrativas”¹⁴. Contudo, na época da colonização portuguesa, a instrução entre os timorenses não foi bem abordada pedagogicamente; por outras palavras, os factores que impediram o processo de instrução foram o deficiente regime escolar, os programas inadequados e os objectivos indefinidos; e ainda porque a maior parte das escolas funcionava em regime de semi-internatos e a distância de casa à escola era bastante grande.

O ensino em Timor durante o tempo da permanência Portuguesa é muito precário devido à falta de interesse pelo desenvolvimento da educação deste país. Sabiam ler e escrever os que tinham possibilidade, que eram os filhos dos *liurais*. Durante muito tempo estiveram em prática os programas de ensino adoptados na Metrópole, facilitando-se aos alunos o grau de instrução permitido pelos quadros escolares locais. Os alunos, quase todos rapazes, decoravam os nomes de todas as figuras da história de Portugal, mas ignoravam tudo quanto nela lhes dizia respeito.

Já no governo do Afonso de Castro em 1859-1863 foi fundado o único colégio destinado praticamente aos filhos dos *liurais*. A preocupação dos governadores era a educação especial dos futuros régulos. O Padre António José de Medeiros, da Sociedade das Missões Ultramarinas (depois bispo de Macau, 1885-1897, diocese de que Timor-Leste dependia

¹⁴ Regina Helena Pires de Brito, *O português de Timor-Leste*, o texto está disponível em <http://www.fflch.usp.br/eventos/simelp/new/pdf/mes/03.pdf> consulta a 23/3/2009).

então), reorganizara desde 1877 as missões católicas, criando igrejas e escolas, a cargo do clero secular e seus auxiliares, e das Irmãs Canossianas que então trouxe para Timor-Leste.

As ordens religiosas foram instaladas no território desde 1633, parece terem feito um pouco mais¹⁵. A Igreja Católica teve uma presença civilizadora muito alargada e tinha maior credibilidade junto das populações de Timor-Leste do que a administração colonial, embora não seja seguro se a sua presença seja equivalente a uma presença forte da língua portuguesa, que é o aspecto particular que aqui nos importa.

Em 1898, os jesuítas fundaram um Colégio em Soibada e, mais tarde, um colégio em Dare. Esses terão constituído o berço de formação da elite timorense até 1975. A formação era destinada, como acima se disse, à formação de professores-catequistas (Marcos 1995:70), e também à alfabetização e à instrução religiosa nas zonas rurais.

D. Ximenes Belo (2008) recorda que “a instrução, a certa altura era tão absorvente que os padres, dedicavam-se mais às escolas do que à missão [e] os timorenses que tinham sido aprovados nessa escola, depois de serem nomeados professores, foram colocados em diversas estações missionárias, tornando-se agentes principais do ensino da língua portuguesa nas aldeias e nos sucos”. Temos de ter em conta que os professores formados naquela época não foram suficientes, porque os de mais quatro séculos de presença portuguesa não foram de tudo produtivos no que diz respeito à educação e formação¹⁶. Tenhamos em mente que a administração portuguesa não fez muito para esta área. Só a partir da década de sessenta e em especial nos primeiros anos da década seguintes que houve um forte crescimento da escolaridade, com a criação de escolas por todo o território, na tentativa de alfabetizar toda a população e consolidar a língua camoniana. Como resultado disso, Thomaz (2002:71), a taxa de alfabetização subiu assim rapidamente (de 28 por cento em 1970-1971, para 77 por cento em 1973-1974)¹⁷.

¹⁵ Importa relembrar que em Timor não havia vestígios de aldeias de muçulmanos, como salientava ex-governador de Timor Português, Afonso de Castro (1867:15-16) que “não se encontra em Timor o menor vestígios de aldeias de mouros e nos diferentes dialectos que se falam na ilha, não há palavra alguma de origem árabe”.

¹⁶ A este respeito, de acordo com Costa (2005:614): “A inexistência de um plano adequado à civilização e à situação socioeconómica teve como resultado o atraso de formação de quadros timorenses. Todas as tentativas de actualização do plano de ensino só incidiam no aspecto moral para pacificar os espíritos belicosos dos liurais e para facilitar a presença e o domínio da administração portuguesa através do rendimento escolar. O programa de escolarização foi bastante lento, o que explica a débil percentagem de 28%, em 1970, de crianças a frequentarem as escolas, número esse que ascendeu a 51% em 1972 e a 77% em 1974”.

¹⁷ De acordo deste autor (2008:417): O número de escolas primárias em funcionamento, que no ano lectivo 1972-1973 ascendera a 393 (com 110 professores e 62.333 alunos), subindo ainda até 1975, desceu após a invasão indonésia para 47, só voltando a ultrapassar os níveis de 1972-1973 no período 1982-1984, em que havia em funcionamento 400 escolas; o seu número veio atingir as 709 no período 1994-1996. Assim, em 1997, a taxa

Outra realidade que nos parece importante era o período do Estado Novo, onde foi criado o novo conceito chamado “assimilado”. Este conceito foi criado em 1930 pelo *Acto Colonial* e que segundo Taylor (1991:41) implicava a divisão dos habitantes em duas categorias: “indígenas (nativos não assimilados) e não indígenas, incluindo mestiços (brancos) e assimilados (nativos assimilados). Para adquirir o estatuto de assimilado, e a consequente cidadania portuguesa, um timorense tinha que falar português”. Foi uma condição exigida pela autoridade colonial como uma das estratégias em consolidar o português no seio da sociedade timorense.

Importa lembrar aqui que só em 1915 que o Governo abriu pela primeira vez uma escola oficial em Dili, e o desenvolvimento do ensino secundário foi muito lento. A partir do ano de 1938, intentou-se em Díli a criação de um colégio-liceu. Em 1942-1945, durante a II Guerra, foi destruído pela ocupação japonesa e só em 1952 se edificou então o Liceu Dr. Francisco Machado, em Díli.

Segundo Thomaz (2002:139) “Em 1965 foi criada a Escola Técnica em Díli e a partir no ano 1972 é que começaram a construir algumas escolas do ciclo preparatório em Bobonaro, Ponte Macaçar (Oé-Cussi), Maubisse, Baucau e Lospalos. O progresso da escolarização foi bastante lento, porque em 1970-1971 frequentavam a escola vinte e oito por cento das crianças em idade escolar. Em 1972-1973 a percentagem ascendia a cinquenta e um por cento para atingir em 1973-1974 os setenta e sete por cento”. Saldanha (1994), no seu estudo *The Political Economy of Timor-Leste Development*, esclareceu que até 1975, o fim da colonização portuguesa, a “illiteracy rate” em Timor-Leste estimava-se até de 90%.

Compreende-se que tenha existido a maior percentagem da taxa de analfabetismo durante o domínio dos portugueses e por consequência existiam poucos timorenses formados. Era apenas uma pequena parte da população dos que frequentavam os estabelecimentos de ensino que, na sua maioria, pertenciam à Igreja Católica. Aqui podemos dizer que a Língua Portuguesa não chegou a ser a língua da comunicação em Timor-Leste, porque segundo D. Ximenes Belo, até 1975, data da invasão da Indonésia do território de Timor, apenas 20% dos Timorenses falavam correcta e correntemente o Português. Como se explica esta situação? Vários factores: a distância (20 mil quilómetros da Metrópole); reduzido orçamento destinado ao ensino e instrução; reduzido número de professores; a falta de interesse da maioria de famílias (agricultores); só dois semanários (A Voz de Timor e a Província de Timor), um

de analfabetismo descera de 93,42% da população total c. 60%, correspondendo a diferença, como se poderia escapar, a indivíduos alfabetizados em malaio.

quinzenário, a Seara (propriedade da Diocese de Dili); apenas 2 emissoras. Tudo isso pouco contribuiu para a difusão da Língua Portuguesa. A existência de 21 línguas ou dialectos, o que permitia aos falantes, usarem o Português, só no âmbito da escola ou nos actos oficiais.

Mas os poucos que tinham conhecimentos foram de uma grande vantagem, ao tempo da ocupação da Indonésia. Tentaremos abordar este assunto já de seguida.

2. Durante a ocupação indonésia (1975-1999)

A Revolução de 25 de Abril de 1974, foi, em Portugal, o fim do Estado Novo ditatorial e o estabelecimento do Estado democrático, que já conta 34 anos de existência. Esta Revolução abriu uma nova era para Timor-Leste e para todos os outros territórios ultramarinos – a descolonização. Apesar disso, o processo de descolonização foi marcado por uma grande tensão social na ‘metrópole’ e nas colónias. O processo da descolonização de Timor-Leste implicou a criação dos partidos políticos Timorenses para a democratização do sistema social e político do futuro de Timor-Leste. Eram três os principais partidos: a União Democrática Timorense (UDT), que defendia uma autonomia progressiva para a independência; a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), que advogava uma independência total e imediata e a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI), que queria uma integração de Timor-Leste na República Indonésia.

Timor-Leste proclamou unilateralmente a independência em 28 de Novembro de 1975. Entretanto, nove dias depois, a Indonésia invadiu Díli a 7 de Dezembro. Começava a guerra e toda a população foi forçada a fugir das suas comunidades de origem. Estima-se que, nos três primeiros anos de guerra, oitenta e cinco por cento das pessoas tenham vivido em acampamento e constante fuga nas montanhas. Acreditamos que a língua foi elemento de primordial importância para assegurar a independência de Timor-Leste.

Durante a ocupação, a Indonésia (1975-1999), proibiu o uso da Língua Portuguesa que foi desencorajado e acabou por ser clandestino. A língua Indonésia (*bahasa indonésio*) foi declarada língua oficial (17.8.1976) e foi introduzida nas escolas e em outros sectores até ao encerramento da última escola, o Externato de S. José, em Balide (1991). A 7 de Abril de 1981, a Santa Sé aprovou o Tétum como língua oficial da Igreja de Timor, ao aprovar a

tradução do Missal Romano e Ordinário da Missa¹⁸. Segundo trabalhos recentes acerca da Língua Tétum, existem cerca de 20 línguas mais significativas, distribuídas por 6 grupos distintos; *bunak*, *fataluko*, *makasae*, *maku`a*, *manbae* e *tétum*. Cada timorense fala a língua do grupo onde nasceu e somente quando entra em contacto com outros grupos estranhos ao seu recorre ao Tétum, que é a língua que lhe permite comunicar com o exterior, sendo o factor de identidade de todos os timorenses. Apresentamos já o exemplo de um texto traduzido:

Glória ba Maromak leten as ba (Glória a Deus):

“Glória ba Maromak leten as ba. paz iha raiklaran ba ema sira be Na’i hadomi. Na’i Maromak, liurai lalehan nian, Aman Maromak bele halo hot-hotu, ami hahí Ita-Boot, ami hana’i Ita-Boot ami adora Ita-Boot, ami hasa’e glória ba Ita-Boot, ami agradece Ita-Boot, tan Ita-Boot kmanek wa’in. Na’i Klaran, Oan-Mane-Mesak, Jesus Kristu; Na’i Maromak, bib-oan Maromak Nian, Maromak nia Oan-Mane. Ita be kasu mundo nia salan, sadi’a ami. Ita be kasu mundo nia salan, simu ami nia hamulak. Ita be hatodan-An iha Aman Nia Kwana, sadi’a ami. Ita mesak santu; Ita mesak Na’i; Ita mesak Boot liu tomak, Jesús Kristu, Hamutuk ho Espiritu Santu, Iha Aman Maromak Nia glória, Amen” (Apud Marcos 1995:194; cf. Catecismo Sarani nian).

A 31 de Outubro de 1981 Monsenhor Fernando, aquando da sua visita pastoral, fez questão de celebrar a missa em língua timorense (Tétum) junto do monumento de Nossa Senhora, em Lecidere. Proclamou solenemente a aprovação final dos textos e uso do Tétum como língua oficial dos actos litúrgicos em Timor-leste. Precisamos recordar na opinião de Costa (2001:61)

“Foram também os missionários que promoveram precocemente a escrita do tétum com as seguintes publicações: Catecismo *Badak*, 1907; Catecismo *Badak no Oração ba Loro-loron*, 1907; resumo da História Sagrada Português e Tétum (1908); Dicionário de Teto-português (1900); Cartilha Tetum-Português (1916); Método prático para apreender tétum; Texto e Teto da Literatura Oral Timorense (1961)”.

¹⁸ O Ordinário da Missa foi traduzido em 1980, segundo Maria José Albarran Carvalho (2001:69): “A Igreja tornou-se a muralha da integridade cultural, que, com a tradução de vários textos sagrados beneficiou o estatuto do tétum-Díli, impregnando-o das variedades terik e belu, o que resultou numa variedade literária daquela língua crioulezada”. Veja-se também o curioso testemunho do padre Leão da Costa (2003:16-17) quanto à determinação das autoridades indonésias de “varrer do ensino tudo o que tivesse sabor a português” e à responsabilidade do clero na divulgação do tétum como língua de culto (com “superior aprovação da Santa Sé”).

Anderson (1993) faz nos notar que:

“O alargamento do indonésio no sistema escolar patrocinado por Jacarta, criou uma nova geração de jovens timorenses que são muito fluentes em indonésio e que, por meio do indonésio, acederam ao mundo para lá da Indonésia”¹⁹.

Sabemos que O *bahasa indonésio* não foi uma língua de comunicação interna entre os timorenses²⁰. Mas é uma das línguas importantes para os timorenses que frequentavam a vida académica naquela época de ocupação, embora alguns estudantes desistissem dos seus estudos por não a compreenderem bem. Como nos explica Anderson existem pelo menos uns dois mil estudantes, dos quais muitos deles desistiram, não tanto por dificuldades da língua, mas mais pelo clima social intolerável²¹.

Em termos gerais, pode-se afirmar que, à medida que os níveis de instrução da população iam crescendo e os serviços sociais públicos iam estendendo os seus ramos (que, por muito débeis que fossem, representavam uma modificação positiva relativamente ao “tempo dos portugueses”), o *bahasa indonésio* ia-se espalhando e assumindo um papel cada vez mais importante na intercomunicação entre os timorenses. Porém, a Língua Portuguesa, quer no ensino bem como na comunicação diária, ela teve um grande significado para os guerrilheiros da FRETILIN: era como um símbolo da resistência²².

¹⁹ Anderson, Benedick (1993), *Imagining East Timor*, In *Arena Magazine* Nº.4, pp.233-239. O texto está disponível em <http://www1.ci.uc.pt/timor/imagin.htm> (consulta a 2/12/2009).

²⁰ É portanto, no contexto linguístico, a ocupação da indonésia em Timor-Leste teve um papel dissolvente: ao substituir no ensino e na administração o português – língua de cultura da elite timorense desde o século XVII – pelo malaio (oficialmente designado por *bahasa indonésia*), provocou uma ruptura com um passado já secular e criou um fosso entre gerações educadas num e noutra idioma (o que equivale de certo modo a dizer numa e noutra cultura”. Veja-se Thomaz (2008:416).

²¹ obs. cit. Anderson Benedick ((1993).

²² Na verdade que de acordo com o Pe. João Felgueiras (2001:49): “uma língua que foi banida ostensivamente durante mais de 20 anos, proibida nas escolas e que se apresenta viçosa logo a seguir à libertação, mostra que estava mesmo com profundas raízes nos valores culturais mais sagrados deste povo. [...] A experiência de ensinar a Língua Portuguesa, mais abertamente, mas ainda discreta, anos antes do referendo, veio a demonstrar vigorosamente que a “semente” da Língua Portuguesa esperava no coração do povo, das crianças e dos jovens o momento para germinar”. Esclareceu ainda este clero jesuíta que a longa duração do convívio timorense com os portugueses foi também marcado como uma afirmação de sua identidade. Foi isso que desde “450 anos de contacto da cultura portuguesa com os povos de Timor Lorosa’e deu tempo e oportunidade aos povos de todas as regiões de Timor para uma natural osmose ou intercâmbio de valores. Este intercâmbio dava-se, como é óbvio, sobretudo nos vocabulários, até à aprendizagem e uso da língua mais rica de expressão. [...] fomos surpreendidos por uma “invasão” em forma, e para domínio total. Ninguém se tinha “preparado” em nada para enfrentar a nova situação. Tivemos de “sobreviver” com o que tínhamos! Foi assim, que tudo foi posto à prova, sobretudo as vidas e os valores culturais” Felgueiras (2001:44).

2.1. Como veículo da resistência

Nos tempos da guerra contra a Indonésia, de 1975 à 1979, a Língua Portuguesa foi utilizada pela FRETILIN e outras organizações a fim de darem a conhecer no exterior a História da Resistência de um povo que procurava a sua libertação, e também para esclarecer a população das aldeias e vilas acerca das estratégias do momento. A rede de comunicação tinha o maior valor simbólico. Como nos adverte Ruak (2001:40-41):

“Primeiro, a presença da classe dirigente lusófona; segundo, por ser a única língua ortograficamente desenvolvida; terceiro, porque era a nossa língua oficial definida desde sempre e por último, porque era uma das armas para contrapor à língua malaia no âmbito da luta cultural. A língua oficialmente utilizada pela Resistência era o português, falado e escrito em qualquer tipo de comunicação, desde o topo até a base”

Costa (2001:60): por seu lado, destaca que o português foi implantado desde a entrada dos primeiros missionários dominicanos em Timor e foi usado pelos líderes da Resistência timorense contra a dominação estratégica política da Indonésia. Segundo este autor

“Os espíritos críticos podem afirmar que o português é a língua colonial, língua do poder que durante séculos deixou o povo na ignorância, mas foi através da língua de Camões que o mundo teve conhecimento da história da luta, dor e sofrimento da resistência timorense, foi esta mesma língua que fez os corações portugueses sentirem orgulho quando ouviram os jovens no cemitério de Santa Cruz rezarem a Ave-Maria”²³.

A maioria dos documentos internos e externos e mesmo pessoais dos combatentes foram escritos setenta a oitenta por cento em Português, seguindo o Tétum. Apresentamos como exemplo alguns documentos escritos por Xanana Gusmão, Matoso (2005:158):

²³ A este respeito, importa ter presente o precioso argumento do Pe. João Felgueiras (2001:46-48) acerca a destruição resultante da Língua Portuguesa pela Indonésia, que é por ele testemunhado: “a Língua Portuguesa estava tão arraigada já de séculos em Timor, que a destruição resultante da invasão fez despertar no Povo a sabedoria para a transformar numa arma eficiente de defesa e de resistência. (...) Ficam apontados alguns elementos que nos podem dar a entender que a Língua Portuguesa tinha profundas raízes em Timor e que, mesmo com a perseguição a partir de 1975, aquelas raízes tornaram eficiente o esforço da clandestinidade para a promoção deste valor da sua cultura e agora vista como poderosa arma cultural”.

“Métodos de Trabalho e Direcção – Após 7 anos de processo, o partido hoje sente imensas dificuldades em questão de prática dos seus quadros. A redução em mais de 95% dos seus quadros veteranos, provocou uma diminuição da capacidade de materialização das actividades. Se a nossa luta é mais difícil é-o também pelas condições subjectivas dos quadros do Partido. Na maioria novatos, com alguma ou mesmo perder experiência e, principalmente, nos escalões inferiores a chamada à responsabilidade para o desempenho de tarefas de organização, mobilização e agitação apresentam deficiências tais que, de facto, é muito difícil de resolver. O resultado ou melhor, a prova mais eloquente é o recuo generalizado das nossas organizações. A partir da direcção superior, os métodos de direcção foram constantemente substituídos por métodos incorrectos de sobreposição de opiniões pessoais de comodismo e autoritarismo, de regionalismo, do deixar-andar da passividade, de despreocupação, etc. Quando aparece desentendimento entre quadros e organismos, quando aparecem descoordenação de trabalhos, quando aparecem contradições que se acumulam, depois de muito tempo, depois de longos meses com as coisas mostrando-se sem solução, nós vamos reunir um, dois dias, e exclamamos satisfeitos que a base de tudo aquilo é ou foi a falta de método do trabalho. Mas somos, a partir de nós mesmos quem vai quebrando os métodos de trabalho.

Um outro documento escrito por Xanana, o actual Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste ao Dr. José Ramos Horta, o actual Presidente de Timor-Leste intitulada “Declaração de Confiança” (idem).

Conselho Nacional da Resistência Maubere. CNRM
Conselho Executivo da Luta/Frente Armada. CEL/FA
Doc Nº 3/Abril/93
DECLARAÇÃO DE CONFIANÇA

I- Considerando que o companheiro Ramos Horta sempre foi um grande combatente da causa Maubere, um incansável lutador que sempre se colocou ao lado do Povo Maubere na luta pela libertação da Pátria da ocupação indonésia, dedicando-se abnegado e totalmente a luta.

II- Considerando que o companheiro Ramos Horta sempre foi digno filho Maubere íntegro, honesto, responsável, intelectual e fiel a luta a Pátria o povo e nos princípios que fundamentaram a existência do CNRM, da qual foi um grande combatente e defensor e sendo seu Representante Especial no exterior, tendo manifestado grande exemplo de disciplina e submissão total.

III- Considerando todas essas qualidades positivas do companheiro Ramos-Horta, qualidades que o tornou digno filho da Pátria, líder exemplar, dotado de grandes capacidade de imaginação e iniciativas oradoras e como tal, merecedor de total confiança da Direcção anterior da luta.

A Direcção do Conselho Executivo da luta/Frente Armada decide vir em nome de toda a Resistência no plano interno, manifestar publicamente a reafirmação da sua total /confiança no companheiro Ramos-Horta, reconhecendo-o como o líder máximo do CNRM, comprometendo-se a tudo e sobretudo prestar-lhe total e incondicional submissão.

A BEM DA LUTA!

PÁTRIA OU MORTE!

A luta continua sem tréguas em todas as frentes!

Montanhas da Pátria, TL, aos 25 dias do mês de Abril de 1993

Ao Chefe do CEL/FC

Nuno Konis Santana

Estes documentos estão disponibilizados no “*Arquivo da Fundação de Mário Soares*”. Estes documentos são como identificadores da identidade nacional. Como explicou um alfabetizador do Suco Lahane Oriental, à investigadora Brito & Marins (2004a:642) destaca: “Os timorenses querem manter viva a sua fé que durante vinte e quatro anos de ocupação é um dos principais instrumentos de resistência, juntamente com a Língua Portuguesa”.

O linguístico Thomaz (2002:131) sustenta que “Os timorenses têm usado a Língua Portuguesa como emblema, como bandeira de guerra, como sinal de luta, sinal de oposição”. Há jovens, mais politizados, que defendem ferrenhamente o português, Organização dos Jovens de Timor-Leste (OJETIL), criada em 1985, com Xanana Gusmão entre os fundadores, que teve papel central na resistência à invasão indonésia, principalmente nas cidades.

Foram eles (OJTIL), que organizaram a série de manifestações que culminou no massacre de Santa Cruz, em 1991. Foi assim revelado ao mundo o que estava a acontecer sob a ocupação indonésia, defenderam o português como língua oficial, porque faz parte da identidade, pelos laços históricos e políticos. Deste modo claro e sincero Paulino (2009:52), alude a uma natureza sustentada entre a Língua Portuguesa e a Resistência. Importa ter presente que segundo este autor

“De um ponto de vista afectivo, lembramos que o português foi a língua da resistência e o veículo de comunicação clandestina nos períodos conturbados da guerra pela libertação. Por tudo isso ela merece ocupar, juntamente com a língua Tétum, um importante lugar na afirmação cultural do povo de Timor-Leste”.

Em todo o caso, a juventude deve ter a coragem de aprender, de recomeçar, porque a escolha da língua oficial é uma decisão política fundamental para Timor-Leste no mundo. É pois, de facto, muito importante a Língua Portuguesa é muito importante porque ela é falada em outros países, em vários continentes, é uma língua internacional, uma abertura para o mundo. É por isso que, durante a invasão fez despertar no Povo a sabedoria para a transformar numa arma eficiente de defesa e de resistência, como afirmava o líder nacional Nicolau Lobato: *“Nós escolhemos como Língua Nacional de Timor-Leste a Língua Portuguesa”* Felgueiras (2001:46). Nesse âmbito que desde o início da luta (como se vê no estatuto do CNRT) tinha aprovado Corte-Real & Brito (2007:124) “a língua oficial de Timor-Leste sempre foi o português, quer no mato, quer na diáspora, quer na clandestinidade que ligava as outras duas frentes da resistência (a armada e a diplomática) ”. Embora a maioria dos timorenses não domine nem utilize o português como língua de comunicação, continua Hull (2001:37) “a valorizar a Língua Portuguesa como elemento ancestral e integrado na cultura nacional”.

O génio da Língua Portuguesa já estava na medula da identidade cultural de Timor-Leste e conseguiu-se cultivar o ensino desta língua mesmo nos piores tempos das perseguições da indonésia. Embora enfrentassem dificuldades de várias ordens, lançavam mão de todos os recursos disponíveis para preservar a Língua Portuguesa e implementar o estudo da língua ensinando-o a crianças e adultos. A este respeito, recorda o historiador Mattoso (2001:5-12):

“Na falta de lápis e canetas usavam carvão e seiva de algumas plantas como tinta, folhas de bananeiras ou de certas plantas como papel. Apesar de uma luta que durou vinte e quatro anos, o povo timorense continua a manter esta identidade significativa”.

Podemos entender que a Língua Portuguesa tem raízes profundas em Timor-Leste. Apesar da perseguição da Indonésia (1974-1999), aquelas raízes, permanecem, mesmo na clandestinidade contribuindo para a promoção da sua cultura. Isto é verdade, conforme aponta Thomaz (2000:31)

“Defende-se que a influência cultural portuguesa foi ‘proposta e não imposta’, ao contrário do que aconteceu com a influência indonésia, imposta pela língua, presença militar, estratégica demográfica e força económica do país vizinho. Esta particularidade deve-se, em primeiro lugar, ao facto de Portugal contar com mais de 400 anos de presença religiosa e cultural, a qual precedeu mais de um século a presença política. Por outro lado, Timor não foi conquistado, foi abordado por mercadores privados, sendo o catolicismo aceite independentemente de qualquer relação de domínio”.

Além disso a Língua Portuguesa teve também uma grande influência nos ambientes religiosos e nas festas populares. Thomaz (2002:103) salientou que “Também foi um idioma que influenciou profundamente o Tétum, língua falada por uma grande parte da população cuja variante era o chamado Tétum-praça”.

O Tétum era já a língua oficial antes da chegada dos portugueses, imposta pela suserania dos Bé-Háli que unificaram a parte Leste da ilha sob o comando da sua aristocracia militar. Os missionários portugueses ao chegarem adoptaram-no naturalmente e passou a ser a língua da catequese e da oração.

O Português é a terceira língua falada na Europa e sexta língua falada no Mundo. Não foi por acaso que ela foi adoptada projectando assim Timor para lá das suas próprias fronteiras. Pensando na ligação histórico-cultural que é incontornável, este país, situado a nove graus a sul do Equador, surge entre duas potências do hemisfério sul: a Austrália a Leste; a Oeste a Indonésia, com quem divide a ilha.

2.2. Nas escolas

A educação é uma das componentes fundamentais do desenvolvimento humano. Durante a ocupação da Indonésia, existia uma rede de ensino público e de ensino privado, com excepção de algumas escolas chinesas e muçulmanas, quase totalmente tutelado pela Igreja Católica. O sistema organizava-se, também, como se organiza ainda, à volta de uma estrutura essencialmente pluridisciplinar e fragmentada, com um elenco de muitas disciplinas por anos de escolaridade sobretudo nos cursos do Pré-Secundário. Algumas escolas, tem ministram acerca de quinze disciplinas no seu elenco curricular que, no secundário, a atinge dezoito.

No tempo da Indonésia, como é lógico, a língua de instrução em todos os níveis de ensino e escolas, era o *bahasa Indonésio* (língua Indonésia). A educação era uma questão puramente teórica para persuadir os Timorenses a aceitarem a integração de forma gradual, depois de terem encontrado dificuldades em combater a guerrilha.

Era um meio de comunicação para fazer chegar às gerações mais novas a política persuasora de Jakarta (Indonésia). Uma forma de cooperar e ao mesmo tempo fazer com que a população acabasse com a Guerrilha ou *gerombolan pegacau keamanam* “GPK”, liderado por Xanana Gusmão, actualmente Primeiro Ministro da Nação de Timor-Leste.

Além da educação pré-escolar, a escolaridade obrigatória era de doze anos: Sekolah Dasar (SD) = Escola Primária, de 6 anos (1º ciclo); Sekolah Menengah Pertama (SMP) = Escola Preparatória, de 3 anos (2º ciclo); Sekolah Menengah Atas (SMA) = Escola Secundária, de 3 anos (3º ciclo). Havia algumas escolas técnicas profissionais equivalentes ao ensino secundário: SMK = constituição familiar; Sekolah Teknik Menengah (STM) = escola técnica; Sekolah Pendidikan Kesehatan (SPK) = Enfermagem e Sekolah Pendidikan Pertanian (SPP) = Regentes Agrícolas, cujo objectivo era preparar as pessoas capacitando-as para serem úteis ao futuro da nação. Tudo isso no fundo era “propaganda”, como prova o facto da presença de professores não nativos em Timor-Leste, a fim de acelerar o processo de socialização da língua indonésia e a indonesialização dos Timorenses²⁴.

Resultado da conjugação de vários factores, o ano de 1986 foi uma data marcante na

²⁴ De acordo com os dados do Relatório do Banco Mundial “*Timor-Leste Education – The Way Forward*”, de Dezembro de 2003, durante a ocupação indonésia, os quadros técnicos, profissionais e administrativos eram ocupados por indonésios. Em resultado disso, 20 por cento dos professores primários e 90 por cento dos professores secundários não eram timorenses.

evolução do sistema educativo Timorense. Em primeiro lugar, pela emergência de um consenso alargado sobre o sistema educativo, expresso na abertura de uma Universidade em Díli, *Universitas Timor Timur* (UNTIM) com três Faculdades; e pela criação de Institutos Politécnicos Públicos e *Institut Pendidikan Indonesia* (IPI), os quais contribuíram para dar continuidade à educação, embora as outras licenciaturas (medicina, engenharia, arquitectura) e mestrados fossem tiradas nas outras ilhas da Indonésia ou no estrangeiro.

O estado utilizou este factor do “*Programa do desenvolvimento dos cinco anos*” (PELITA – *Pembangunan Lima Tahun*) para consolidar a sua política externa, que servia, como forte argumento, para convencer a comunidade internacional dizendo que Portugal não tinha feito nada de bom para os Timorenses. O Estado Indonésio fez muitas tentativas para ganhar o coração do povo. Porém, sem resultados, porque a educação perdeu o seu valor, pois não somente descuidou como deformou a formação integral da pessoa para o bem comum da nação. Por causa da Língua Portuguesa que foi totalmente proibida no tempo da ocupação, muitos Timorenses foram assassinados simplesmente pelo facto de serem professores de Língua Portuguesa ou até por pronunciar simples palavras em Português.

Após os acontecimentos de Santa Cruz (1991), as forças ocupantes forçaram os responsáveis, entre eles o padre Leão, a fechar de vez o Externato de São José.

3. A Língua Portuguesa após a restauração da independência (20 de Maio de 2002)

A língua é um factor de identidade, parte importante da herança cultural de um povo e ainda um dos mais importantes símbolos a nível nacional. Assim descreve Mattoso (1998:5):

“A identidade nacional resulta antes de mais da percepção que os próprios cidadãos têm de formarem uma colectividade humana (...) e, dado que essa colectividade tem uma existência histórica, será necessário (...) não esquecer que a identidade nacional foi revestindo formas sucessivamente diferentes ao longo dos tempos”.

A parceria secular das duas línguas Tétum e Português, responsável pela elevação estatutária do idioma indígena, o Tétum ao longo dos tempos, do seu carácter local ao de língua franca e nacional por abrangência cabal do território, confere naturalidade à escola da sua co-oficialidade ao lado da Língua Portuguesa.

Neste aspecto, pioneiro e preponderante foi o papel da Igreja, como também foi propulsor e consolidador o papel da Administração Civil na expansão e difusão da língua oficial de sempre, a Língua Portuguesa, graças à elasticidade do Tétum para se enriquecer de novos conceitos e vocabulário provenientes da Língua Portuguesa.

A parceria das duas línguas estabeleceu-se, assim, sem concorrência de alguma outra vernacular de Timor-leste, tornando-se um importante factor de caracterização linguística de ambas as línguas e, em última análise, de consciência nacional e de diferenciação perante os povos vizinhos, contribuindo efectivamente para o enriquecimento da região em diversidade linguística e cultural.

O Tétum continua hoje e para o futuro necessitando desta parceria para a sua constante caracterização e para o seu papel diferenciador, e Timor-Leste afirma-se como o único país soberano em todo o hemisfério oriental a tecer uma cultura austro-melanésica com ingredientes de sabor latino-luso-cristão. Como explica o linguístico australiano Hull (2001:87):

“No entanto, quanto mais estudava o Tétum e as línguas timorenses, mais compreendia a relação íntima existente entre essas línguas e o português, uma língua românica. Dado que o Tétum-praça é uma língua muito mais híbrida, na qual os elementos Neo-latinos predominam sobre os indígenas, uma base de linguística românica pode dificilmente ser considerada irrelevante para o estudo das línguas timorenses”.

Foi pela importância da história, da política e da cultura que se optou pela parceria estratégica do Tétum-Língua Português com estatuto oficial no país. Não foi por acaso que os cinco partidos políticos de 1974-75 convergiram na escolha da Língua Portuguesa como língua oficial. É um facto comprovativo da centralidade da Língua Portuguesa na constituição da consciência nacional e da identidade linguística histórico-cultural e política de Timor-Leste.

Tanto tem bebido o Tétum da Língua Portuguesa que se tornou constante fonte de caracterização, modernização e elevação estatutária que se pode afirmar que se não fosse a Língua Portuguesa, linguística ou politicamente falando, não teríamos hoje um idioma indígena como língua oficial. Por esta razão, o Governo de Timor escolheu a Língua Portuguesa e Tétum como língua oficial de Timor-Leste.

A seguir procuraremos evidenciar o problema da introdução da Língua Portuguesa, como factor primordial no período da emergência (1999) antes da independência de Timor-Leste.

3.1. Problema da sua reintrodução

Linguisticamente, a ilha de Timor é ocupada por duas famílias linguísticas distintas: austronésia e papua. Na parte ocidental de Timor encontram-se duas línguas de raiz austronésia, atoni e tétum. Em Timor-oriental encontram-se mais de catorze línguas. Segundo Carrascalão (2002:23) no seu livro *Timor: Os Anos da Resistência*, sustenta que em Timor-Leste “falam-se cerca de trinta dialectos (...)” e “o tétum é hoje considerada a língua nacional, sem o total consenso das populações, ciosas da utilização do seu dialecto local”.

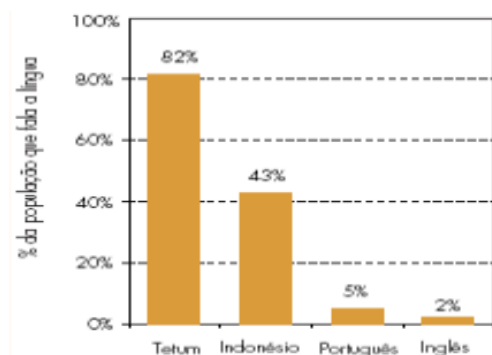
Há cerca de 30 ou mais línguas em Timor-Leste²⁵. As línguas mais faladas são o Mambae e o Macassae. O Tétum é língua nacional e denominado por “Tétum praça” que tirou a maior parte da composição das palavras do Português; também, mas muito menos, do indonésio.

O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD de 2002, sustenta que “o Inquérito às Famílias de 2001 mostrava que 82% da população falava tétum, ao passo que 43% conseguia falar indonésio.

Apenas uma pequena proporção, principalmente pessoas mais idosas e a comunidade dos que estiveram exilados, falava português, enquanto uma pequena proporção ainda menor falava inglês (ver gráfico) ” PNUD (2002:37-38). The Asia Foundation (2001) apresenta que 91% da população falava tétum mas apenas 58% sabiam ler e escrever nesta língua; 80% considera o tétum como língua de troca de informação, 63% conseguia falar indonésio e apenas 17% falava português (ver gráfico) (in relatório The Asia Foundation (2001:69-70). De modo particular, a Constituição de Timor Leste aprovou as línguas oficiais – o tétum e o

²⁵ De acordo com António de Almeida (1975:310): há 31 grupos etnolinguísticos em Timor-Leste. Estes são atribuídos a população da colónia portuguesa (do actual Estado Timor-Leste). Da ilha de Timor eram 28: Bâiquêno, Bécáis, Búnaque, Dàdua, Dagadá ou Fáta Luco, Galólen, Hábo, Idátè, ísni, Làcalei, Lólén, Lovaia-Epulo ou Macu'a, Macalère, Macassáe, Mambáe, Maráe, Midíqui, Nai Damo, Ná-Ine, Ná-Náhèque, Nauéti, Óssò-Mócò, Quémaque, Réssuque, Sá-âni, Tétum, Tócodéde e Uái Má'à. Os restantes 3 ocorriam na ilha de Ataúro: Raclu'Un, Rái-Ésso e Óco Midíqui. Veja-se também Arnold Kohen (1999:50): “A complexidade da geografia e do clima do território ilhéu está equiparado aos dezoito grupos linguísticos espalhados por Timor inteiro, quinze dos quais só em Timor Leste”. Cf. Ferreira (2000:27) refere “ (...) que alguns referem ser dez e outros até trinta e oito; quase com correlação a clãs familiares, a pequenas aglomerações”.

português como uma forma de complementaridade – enquanto o *bahasa* e o *inglês* são consideradas línguas adicionais de trabalho na administração pública.



Fonte: Inquérito às Famílias (2001)

Figura 3 – línguas oficiais e de trabalho

	Mother tongue	Speak	Read	Prefer / election info
Tetum	43%	91%	56%	80%
Indonesian	*	63%	54%	3%
Portuguese	*	17%	14%	*
Mambae	7%	24%	6%	1%
Makasa'e	12%	14%	2%	5%
Bunak	5%	9%	3%	1%
Galolen	7%	9%	1%	*
Baikeno	6%	6%	1%	4%
Fata luko	4%	5%	3%	3%
Tokodede	5%	5%	*	0%
Tetum terik	3%	5%	*	0%
Kairui	4%	4%	1%	1%
Kemak	2%	3%	1%	1%
Nau-e'i	2%	2%	*	*
Illiterate			34%	
Refused to answer			1%	

* refers to less than 1% of respondents

Figura 4 – línguas: Compreensão e preferências

Num Timor-Leste pluri-linguístico, resume-se fundamentalmente, o Português e o Tétum têm suas vantagens e desvantagens²⁶. A vantagem do Tétum é ser falado recentemente pela maioria da população timorense. Basta só ver a sua oficialização pela hierarquia da Igreja Católica de Timor contrapondo-o ao “bahasa indonésio”. Daí começar a escrevê-lo por questões morais e litúrgicas. A Língua Portuguesa tem todas as vantagens como meio de comunicação oral e o seu uso como língua escrita tem rigor científico.

Isto é, a manutenção do Português em Timor-Leste foi certamente fundamentada em três aspectos principais: “primeiro, a presença actuante de intelectuais falantes desta língua; segundo, a existência de um número elevado de timorenses conhecedor da língua escrita; terceiro, por ser a única ortograficamente desenvolvida na ilha” Matan-Ruak (2001:41)²⁷.

É uma língua que tem uma identidade lexical, fonológica, etc., muito própria. No tocante ao léxico, a variação é visível sobretudo ao nível dos campos lexicais da alimentação, da bebida, dos pesos e medidas, dos instrumentos de trabalho, da música, das tradições, da flora e da fauna Carvalho (2001:72). Mas, nem todos os timorenses falam português, realmente, só as velhas gerações, ou seja, aqueles que frequentaram o ensino do Português antes da ocupação indonésia.

²⁶ Embora segundo Ramos-Horta (1994) não se pode esquecer “Outras línguas timorenses terão de ser acarinhadas e protegidas pois elas fazem parte do património histórico e cultural timorense. O Timor-Leste independente não poderá negar aos diferentes grupos etnolinguísticos que compõem a sociedade as suas próprias línguas e culturas”

²⁷ Cf. Thomaz (1994:65): “O português é, aliás, a única língua normalmente escrita, pois a despeito da impressão de alguns dicionários, métodos, catecismos, livros de orações e resumos da Bíblia em tétum e em galóli, nunca se impôs o uso escrito das línguas vernáculos”.



Figura 5 – Mapa Timor-Leste independente

Rosa Cabecinhas fez um estudo de recolha de dados sobre as percepções de jovens estudantes universitários em Portugal e em Timor-Leste. Nesse estudo, a autora afirmava que o seu objectivo era a recolha de dados não com a intenção de estender os resultados à população em geral, mas de se debruçar sobre alguns casos; sobretudo, procurar analisar a percepção destes jovens, em particular, que irão ser o futuro, fruto de um determinado desenvolvimento situado no espaço e no tempo. Todavia, a autora procede à recolha e ao tratamento de dados em ambos os países, de modo a permitir uma análise comparativa. Em Portugal os dados foram recolhidos na Universidade do Minho em Outubro de 2003 e em Timor-Leste foram recolhidos na Universidade Nacional Timor Loro Sa'e em Novembro de 2004.

Nesse estudo de recolha de dados, Cabecinhas (2006:10) sublinhou que os participantes nestes estudos são 214 estudantes universitários, 118 portugueses (70 do sexo feminino e 48 do sexo masculino; idade média=21 anos) e 96 timorenses (47 do sexo feminino e 49 do sexo masculino; idade média = 23 anos). Acrescenta ainda a autora que “em Portugal participaram estudantes de licenciaturas em Comunicação Social, Gestão, Informática e Sociologia; e em Timor participaram estudantes de licenciaturas em Ciências Agrárias, Economia e Gestão, Engenharia Electrotécnica, Engenharia Informática e Formação de Professores em Português. Todos os participantes portugueses declararam como língua materna o Português. No caso dos participantes timorenses verifica-se uma grande diversidade de línguas maternas: tétum (60%), makasae (8%), mambae (7%), bunak (3%), fataluco (3%), português (3%) e ainda outras seis línguas com percentagens inferiores.

3.2. Sua contribuição para a nova identidade da nação

Segundo Paulino, (2009:47) “A língua é um factor de identidade e um dos instrumentos mais importantes da herança cultural de um povo”. A língua é um dos elementos importantes da construção da identidade nacional. Contudo, a escolha de uma língua em função de um património nacional e de modo mais abrangente, na medida em que se considera como figura representativa salientou Mendes (2005:320):

“Deve possibilitar a expressão de qualquer ideia, de qualquer realidade: das mais antigas às mais modernas, das mais abstractas às mais concretas. Deve ser um espelho da nação e mostrar que é tão grandiosa como as outras. Deve confundir-se com a nação – enraizar-se nas suas profundezas históricas, possuir as marcas do povo”.

Dessa forma, a identidade nacional passa a ser considerada como um factor indispensável do sentimento de pertença a um povo e intimamente ligada à figura do Estado-Nação. Pois é usada nas instituições como o exército, as instituições políticas democráticas ou o ensino público que sustentam uma cultura nacional e congregadora. Isto é, segundo Stilwell, a língua “é um lugar de memória, de resistência e de afirmação cultural, [e congrega as] raízes simbolizas da identidade nacional” *apud* Mendes (2005:322). Aliás, uma vez que, como nos ensina Thiese :

“Uma língua nacional tem como função, por um lado, substituir uma miscelânea de modalidades linguísticas que correspondiam a utilizações diversificadas e, por outro lado, encarnar a nação: o seu ‘caderno de encargos’ é por isso pesado e constrangedor²⁸. Tem de assegurar a comunicação horizontal e vertical no seio da nação. Todos os membros devem

²⁸ A “Língua nacional” é um conceito ambíguo e difícil de definir, mas podemos defini-la como uma língua unificadora de um povo do determinado espaço territorial. Esta definição do conceito não implica, as línguas nacionais devem ter a ortografia fixa para manter o seu estatuto. É uma língua de comunicação diária que está consolidada pela escrita, com a missão de unificar o grupo de pessoas. De modo geral, pode afirmar-se que a “língua nacional” nasce porque há vontade de todos os grupos a seres unificados por uma só língua e tornar-se-á uma parte de um povo e de uma nação. Neste sentido, o tétum pode funcionar já como “língua nacional” porque os timorenses desejam construir uma nação una e este idioma está amplamente difundido na sociedade timorense, embora falte ainda a ortografia largamente aceite.

compreendê-la e utilizá-la, deve possibilitar a expressão de qualquer ideia das mais antigas às mais modernas...”.

O Português foi a língua utilizada pela Resistência durante a luta pela independência e a sua utilização marcou uma diferença cultural face à Indonésia. Etnicamente parecidos com os indonésios, do outro lado da ilha, que também falam Tétum tendo em conta ainda que a Indonésia se pauta pela “*unidade na diversidade*”, aos timorenses afigurava-se-lhes importante cultivar a desigualdade.

A existência do traço marcante de total dissemelhança reside no português. A Austrália é um país anglófono e é prática dos países de língua inglesa que o uso desta língua se sobreponha às línguas locais e dite o seu desaparecimento. Disso mesmo avisou o linguista australiano Hull quando, no Congresso do CNRT realizado em Díli em 2000, aconselhou os timorenses a escolherem o português em vez do inglês como língua oficial, dizendo claramente: Eu sei que o Tétum, para sobreviver, precisa do Português. Aponta ainda o autor que o Instituto Nacional de Linguística da Universidade Nacional de Timor-Leste: “(...) reconhece o tétum-praça (o dialético tétum de Díli) agora considerado segunda língua em todo Timor-Leste) como a base da língua literária nacional, hoje em dia apelado tétum nacional” Hull & Eccles (2005:XVI).

Todavia, o Português faz parte da história timorense e segundo Hull (2002a:39) acerca escolha desta língua é que por ele defendido:

“Parece-me que o papel fundamental da língua portuguesa na civilização timorense é completamente inquestionável. Em poucas palavras, se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na génese da cultura nacional”.

A língua é um elemento fundamental de identidade, principalmente no mundo global. “Uma língua é o lugar donde se vê o mundo”, em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir. A Língua Portuguesa continuará a ser um factor de primordial importância na estruturação e no fortalecimento da identidade nacional de Timor-Leste. Isto é, um país sem identidade é um país que não pode sobreviver.

Todos sabemos que a língua constitui uma das ferramentas fundamentais de um país, da representatividade de um povo, da identidade de uma Nação. Como explica Xanana Gusmão nestes termos:

“A opção política de natureza estratégica que Timor-Leste concretizou com a consagração constitucional do Português como língua oficial a par com a língua nacional, o Tétum, reflecte a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo e, em particular, na nossa região onde, deve-se dizer, existem também similares e vínculos de carácter étnico e cultural, com os vizinhos mais próximos. Manter esta identidade é vital para consolidar a soberania nacional”²⁹.

A religião católica e a língua são, entre outras, duas principais riquezas que os portugueses deixaram. Por isso os timorenses devem preservar e desenvolver o seu país. Isto é, na opinião de Paulino (2009:44-45):

“ (...) A religião católica, de par com a Língua Portuguesa, constituem uma genuína herança que os timorenses guardam da presença colonial portuguesa. Não é difícil sustentar que, à sua chegada, a religião católica foi uma crença estranha a uma população que na sua maioria é animista. Todavia, essa crença estranha estimulou uma reacção no hospedeiro que a recebeu, como se fosse uma pérola que hoje, os timorenses guardam ciosamente como parte dos valores fundamentais da sua identidade nacional”

Já se evocou a importância da religião católica, a par com a Língua Portuguesa na afirmação identitária timorense³⁰. Salienta ainda o autor na sua comunicação, intitulada “*Timor entre a fé e a cultura*”, apresentada no encontro do grupo de jovens de Carnide – *grupo 3 nós* – em Lisboa, que:

²⁹ Alocução do Presidente Xanana Gusmão, proferida em Brasília, no dia 1 de Agosto de 2002, durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. www.cplp.org/noticias/ccegc/di7.htm [p. cap. em 16/02/08]. Veja-se também: Batoré (2007) – “ (...) a escolha da língua portuguesa como língua oficial de Timor-Leste (...) é vista pelas próprias autoridades timorenses não apenas em função do grande enraizamento da herança histórico-cultural portuguesa, mas também (e sobretudo) por uma decisão político-estratégica de marcar a identidade nacional timorense diante da Indonésia e Austrália e de ressaltar a sua especificidade no contexto regional do Sudoeste Asiático e Oceânia” Batoré (2007:4).

³⁰ Como salientam diversos autores de diversos campos de estudos que na história de Timor Leste há uma dualidade importante a observar: a constituída pela língua e pela religião. O papel de Portugal na ilha deu lugar, não só à expansão da língua portuguesa, mas também à da fé católica, e as duas fizeram juntas o seu caminho. Ao português e ao catolicismo fizeram frente, na região, a dupla hostil do malaio e do Islão.

“Ao longo de 450 anos até a data de 1975, o nível de percentagem do catolicismo nunca aumentou mais de 15 a 20 por cento da população Gunn (1999:40), porque o poder hierárquico das missões católicas em Timor, foi obrigado a acomodar-se a muitas práticas tradicionais, de modo que o número de sacerdotes foi sempre escasso; veio depois a extinção das Ordens Religiosas e em particular da Companhia de Jesus em 1834 e novamente em 1910. Depois, com a subsistência de muitos elementos da religião tradicional sob o verniz cristão, aumentou o culto que simboliza a memória dos antepassados” Paulino (2008:7).

Compreende-se também que Timor-Leste é um país independente e sustentadas pelas tradições e costumes e situado geograficamente junto de países fortes como a Austrália e a Indonésia, com os quais partilha fronteiras territoriais e marítimas. É por isso que a língua é um elemento que marca, de uma maneira particularmente visível, a diferença, ou seja, a Identidade.

A dispersão actual de Timorenses por vários continentes, bem como o regresso ao país de muitos Timorenses exilados no estrangeiro, em virtude da luta interna de 1975 e da ocupação indonésia, veio enriquecer o conceito de identidade nacional em Timor. Na verdade, a Nação Timor-Leste estende-se, hoje, para além dos seus limites territoriais (Portugal, Austrália, Macau, Japão América, etc).

Se em qualquer um destes pontos, os timorenses continuam reviver e enriquecer a sua cultura herdada pelos seus antepassados – com outras particularidades em que se inclui, obviamente, a miscigenação, a identidade nacional Timor-Leste, longe de se ater aos limites do tempo da Língua Portuguesa e dos que lhe precederam, sairá favorecida, mais rica e mais consolidada – e Timor-Leste ganhará nova dimensão e outra visibilidade no Mundo.

A consagração constitucional da Língua Portuguesa como língua oficial, a par do Tétum, foi uma opção política de natureza estratégica e reflecte a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo. Manter esta identidade é vital para consolidar a soberania nacional A reintegração e a consolidação da Língua Portuguesa constituem um dos pilares fundamentais da nossa existência como povo.

Assume, por isso, uma relevância extrema a nossa inserção na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, principalmente à luz do reforço da língua e da troca de experiências parlamentares entre países que convergem em idênticos ideais, valores e matrizes culturais. Constitui um valor seguro para a nossa jovem democracia, na qual quisemos imprimir a marca da lusofonia. Quer isto dizer que, segundo Brito & Martins (2004a:78):

“Respeitar as experiências particulares, os valores diferentes, a especificidade cultural, o modo próprio de experienciar a realidade e a visão de mundo que cada comunidade do universo lusófono vem fixando na norma da Língua Portuguesa – é essa a perspectiva a adoptar para o entendimento da construção de uma possível identidade lusófona, desafio em um mundo que se quer globalizado, marcado pelos *inter* e *pluri*-culturalismo”.

Decorrente deste argumento, segue-se que a Língua Portuguesa pertence a todos e cada um dos membros de uma comunidade (Lusofonia e CPLP). Ela é a expressão da consciência de uma colectividade e um meio através do qual essa colectividade concebe o mundo que a cerca e sobre ele age³¹. A Língua Portuguesa em Timor-Leste, por ser uma criação da sociedade híbrida e mutável, vive em constante evolução, evolução do próprio organismo social timorense que a criou na descrição da imagem identitária. Como explica o actual Presidente de Timor - Leste Horta (1994:319); *apud* Marques (2005:138-139):

“A colonização portuguesa de cinco séculos, a religião católica e a Língua Portuguesa garantem a Timor a sua especificidade e o seu lugar privilegiando na região. Sem o português e uma forte ligação com Portugal e países lusófonos, Timor-Leste seria ‘invadido’ pela cultura anglófona e seria relegado para o lugar não muito honroso de um pequeno jardim australiano ou manter-se-ia a predominância da língua indonésia e seria eternamente uma colónia cultural javanesa”.

Neste pressuposto, podemos dizer que a decisão da escolha implicará um enorme investimento na estrutura educativa; e a generalização do ensino do português reveste-se de várias dificuldades, como facilmente se pode observar. Porém, não é uma tarefa fácil fazer um prognóstico quanto ao êxito da implementação, sobretudo, pelo confronto com as tendências hegemónicas da língua inglesa. É evidente que a questão fundamental não só tem a ver com o que é chamado por “velha geração ou nova geração”, mas conseguir a reintrodução da Língua Portuguesa como uma arma da luta nacional, (referiu Ian Buruma no jornal *The Gurdian*, de 26 de Maio de 2001, “the language of one old empire, then, can be useful in staving off the advances of another” *apud* Mendes (2005:327).

³¹ De acordo com Horta (1994): “Nós acreditamos que a Língua Portuguesa deve ser reintroduzida e expandida com toda a força e rapidez porque ela garante a própria sobrevivência de Timor-Leste como entidade específica na região. Coloca-nos mais perto de Portugal, do Brasil e dos países africanos de Língua Portuguesa. Por outro lado, tentaremos difundir o tétum - a principal língua timorense - como língua nacional. Seremos um país bilingue: teríamos o português como língua oficial e o tétum como língua nacional”.

3.3. A língua de instrução no sistema educativo

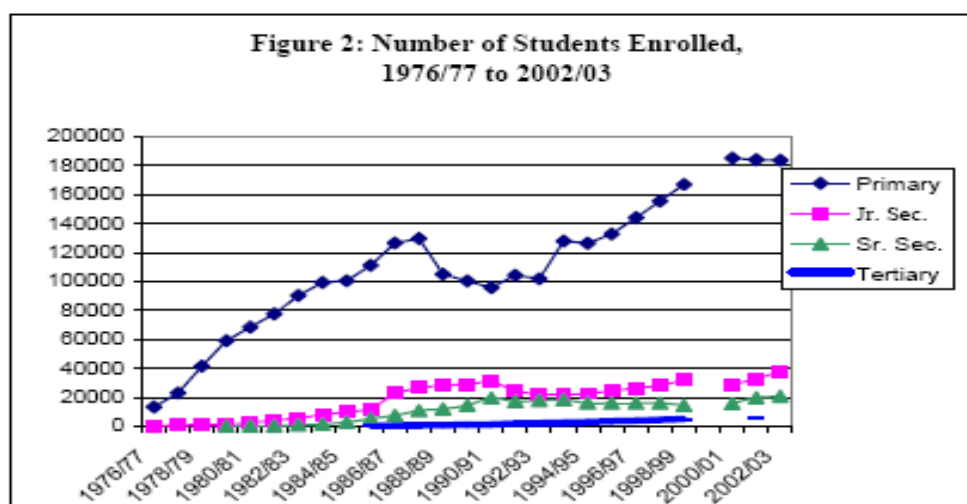
A escola é o espaço privilegiado de aquisição de conhecimentos, competências e novas aprendizagens, sendo igualmente um lugar de partilha e desenvolvimento de actos de solidariedade, na perspectiva de que estes levam à aquisição de competências sociais, culturais e de cidadania democrática. Quer isto dizer que, educação é um instrumento fundamental na construção da imagem do país, como frisa Freire (1999: 62):

“A educação se faz uma tarefa altamente importante, uma vez que deve ajudar o homem a ajudar-se, colocando-o numa postura conscientemente crítica diante se seus problemas. Para tanto, é indispensável à humanização do homem (...), não poderia ser feita nem pelo engodo, nem pelo medo, nem pela força. Mas, por uma educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição”.

Antes da administração indonésia de Timor-Leste, a administração colonial portuguesa pouco tinha feito para promover a educação da população – pelo menos nas zonas rurais. Consequentemente, em 1975, o analfabetismo rondava ainda os noventa por cento da população. Sob o governo indonésio, expandiu-se significativamente o sistema público de educação. Todavia, desde 1975, a FRETILIN no seu plano político colocava esta área como principal sector do desenvolvimento de um Timor-Leste independente, tendo-se iniciado logo naquele ano campanhas de alfabetização, seguindo o método de Paulo Freire e promovendo uma “cartilha em língua tétum”. Este programa educativo foi interrompido devido a invasão da Indonésia. O projecto educativo foi, desde então, promovido, do lado timorense, pela acção da igreja católica.

O Estado Indonésio tinha proibido a utilização da Língua Portuguesa nas escolas e exigiu que todos os que tivessem de tratar de assuntos com a Administração Pública o fizessem em Indonésio. Para acelerar o processo, o governo indonésio mobilizou para Timor-Leste um grande número de professores vindos de outras partes da Indonésia, para ensinar nas escolas superiores. A maior parte dos professores primários (timorenses), não tinha prosseguido a sua instrução muito para além da, então, Quarta Classe, e a qualidade do ensino era bastante fraca. Em 1998/99, apenas três por cento dos professores do 3º ciclo do ensino

básico eram timorenses, sendo assim também na Universidade de Timor-Leste que foi criada em 1986³². Em todo o caso, entre 1976 e 1998, o ensino primário registava cerca de 13.500 até 165.000 alunos. Ao longo desse período, o ensino pré-secundário conseguia registar 315 até 32.000 alunos e, no ensino secundário encontrava-se 64 to 14.600 alunos, importa sublinhar que este número de alunos era o maior de sempre, desde o tempo da colonização portuguesa The World Bank (2004:4); cf. Mendes (2005:362).



Sources: *Timor-Leste in Figures, 1998* for the historical data; Ministry of Education, Culture, Youth, and Sports for 2000/01 and 2001/02 data.

Figura 6 – Número de estudantes registados nos anos 1976/77 até 2002/2003

Segundo dados estatísticos do Ministério da Educação de Timor-Leste³³, o país possui 749 escolas primárias, 126 pré-secundárias, 57 secundárias, 13 profissionalizantes e 58 pré-escolas. O número total de professores é de 6.460, sendo 4.408 do primário; 1.155 do pré-secundário, 613 do secundário, 214 do profissionalizante e 70 da pré-escola. A presença de professores portugueses em praticamente todas as escolas pré-secundárias e secundárias asseguram uma estrutura de ensino que cobre todos os distritos com programas que vão do 7º ao 12º ano de escolaridade e, analogamente, no Ensino Superior.

A violência de Setembro de 1999 destruiu, totalmente, oitenta a noventa por cento dos edifícios e outras infra-estruturas escolares. A maioria do material didático, os registos das escolas e o mobiliário escolar foram roubados ou queimados. Como resultado, quando as

³² Para a informação detalhada, veja-se o relatório de WORLD BANK – *East Timor – TP – Fundamental School Quality Project*, Project Information Documentation, 2001, p.131; WORLD BANK – *Timor-Leste: desafios para uma nação nova*, 2002, p.61.

³³ ver o site: <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/1270> (consulta 3/8/2010).

escolas reabriram, os estudantes nem sequer dispunham de lápis, canetas ou cadernos de exercícios, pois simplesmente este material não existia em Timor. Igualmente prejudicial foi a diminuição do número de professores.

Embora as escolas primárias fossem dotadas principalmente de professores timorenses, a maior parte dos professores do ensino secundário eram cidadãos indonésios que, na sua maioria, decidiram abandonar o território. O mesmo sucedeu com o pessoal administrativo das escolas, que eram, quase todos, indonésios.

Todavia, a política da escolha de uma língua tem a ver com diversas perspectivas. Isto é, no nosso caso, o problema de reintrodução e de “manutenção do português, língua de cultura, como língua oficial de e em Timor-Leste dependerá muito da política educacional, da mobilização dos vários sectores da sociedade timorense, da disposição da comunidade e do apoio dos países lusófonos” Brito & Martins (2004a:77). Pois, em certos modos, a questão das línguas nacionais, como então designada, em posição de representação que emerge a afirmação de identidade nacional, viva, nos versos de Luís de Camões que trouxeram Timor ao conhecimento do mundo: “Alí também Timor que lenho manda; Sândalo salutífero e cheiroso” *apud* Cinatti (1963).

O ensino da Língua Portuguesa constituiu um dos factores de prioridade no período de emergência no ano de 1999. Em Novembro (1999), o Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), redige um Plano de Educação Nacional, onde se lê o seguinte:

“A política linguística do CNRT, enraizada na história política e cultural do país, visa garantir tanto a identidade como o acesso aos sistemas de comunicação universalmente constituídos e acessíveis. A língua oficial de Timor-Leste é a Língua Portuguesa³⁴.

Os esforços iniciais cingiram-se, de forma precisa, ao Plano Nacional de Educação do CNRT³⁵. A política educacional dos responsáveis Timorenses incidia na revalidação de um património compartilhando o idioma.

Durante a administração indonésia, a manutenção da Língua Portuguesa como língua leccionada e praticada ligou-se, simbolicamente, à luta de resistência da FRETILIN. Alguns

³⁴ *Plano de Educação Nacional, Conselho Nacional de Resistência Timor-lesteense (CNRT) Comissão de Pesquisa e Planeamento (CPP), Dili, Novembro de 1999, p 4.* Note-se que o Tétum ficou designado como língua nacional que, com a Língua Portuguesa, seriam as duas línguas leccionadas nos futuros currículos escolares.

³⁵ Nesse plano que, ficavam delineadas três fases de construção do sistema educacional: Emergência, Transição e Desenvolvimento, das quais o sistema do ensino da Língua Portuguesa foi, transitoriamente, adoptado para garantir a futura reestruturação e Timorização do ensino.

indivíduos, que desempenharam as funções de docentes durante a administração portuguesa, mantiveram o idioma activo, maioritariamente, no interior do território. Foi um Plano duramente combatido pelos contingentes de professores indonésios que leccionavam o *bahasa*.

A política do CNRT colocava em evidência esta área, como sustento de uma reabilitação social. “Educar para o Desenvolvimento” era o grande objectivo do Conselho Nacional. Assim sendo, era obrigatório colocar no terreno recursos humanos capacitados, de forma a assegurar o lançamento imediato de um programa escolar coerente. É possível, portanto, afirmar que a estratégica política nacional (melhor dizendo: o discurso oficial dos políticos acerca do estatuto da língua oficial na educação), privilegia a política de escolha do português como língua oficial, cujo objectivo é unir povos de diversas etnias e línguas diversificadas, uma vez que, a reconstrução da identidade nacional dos timorenses através da educação é um novo ciclo que faz parte de uma continuidade política da luta anterior, do esforço anterior em busca da independência. É um percurso indispensável que todo o povo timorense deve assumir, em níveis diferentes, mas todos importantes, porque a tarefa é refazer a sua sociedade feliz, participando todos na construção do país.



Figura 7 – Futuras gerações de Timor³⁶

O olhar de cada criança faz brotar a paz e tranquilizar o desabafo do ser humano. Aqueles que se preocupam com a educação das crianças, constroem sem dúvida, uma obra divina que não pode ficar só no olhar mas deve ser projectada pela acção humanística. Quem sabe interpretar o olhar das crianças, sabe valorizar também a dignidade humana. Pois, no caso como Timor-Leste, as crianças são verdadeiramente uma riqueza e, através dos seus

³⁶ Fotografia de João Vicente – ex-administrador de Bobonaro – disponibilizada por Paulino (2010).

olhares podem encontrar a resposta certa sobre os verdadeiros valores de justiça social e o amor ao outro.

De facto, em Agosto de 2000, o linguístico australiano Hull (2002) lançou uma proposta ao CNRT para o sistema nacional de educação em Timor-Leste que têm sido muito sensíveis às questões da ecologia linguística, enfatizando a necessidade de equilibrar uma política afirmativa da identidade cultural própria e o ensino de línguas que são importantes na região. Ele salientou que qualquer decisão política deve ter em conta a parceria do Português e do Tétum para o ensino primário. Isto é, fazer um ano introdutório (melhor dizendo como o ano experimental) em que o ensino se faça na língua materna da criança. Nas escolas primárias seriam abolidos os textos de estudo de inglês e indonésio, línguas que, dada a sua importância regional, como línguas estrangeiras seriam ensinadas mais tarde, no ensino secundário.

No ano de 2000, duzentos professores primários (timorenses) ofereceram-se como voluntários para leccionar as crianças; contudo muitos deles não tinham a experiência necessária para o efeito. No ensino secundário, a situação foi atenuada de forma diferenciada: foram encorajados vários estudantes universitários a desempenharem as funções de docentes. Muitos deles possuíam os conhecimentos básicos para tal, mas não tinham qualquer formação pedagógica, nem didáctica.

Os responsáveis, entre eles, o Padre Filomeno Jacob, que detinha a pasta da Educação no Governo da Administração Transitória das Nações Unidas (UNTAET), impuseram, por força das circunstâncias, um tratamento de emergência no sector. A fase de emergência considerada no *Plano Nacional do CNRT*, decorria entre Janeiro de 2000 e Julho de 2001, com o objectivo único de reintroduzir a Língua Portuguesa no território, reciclando simultaneamente os recursos humanos disponíveis.

Respondendo a esta necessidade, Portugal enviou inicialmente nove professores/formadores para Timor-Leste, no mês de Janeiro. Estes, foram especialmente escolhidos para formar e ensinar a Língua Portuguesa, a jovens licenciados, estudantes universitários e quadros Timorenses, de forma a estes poderem integrar a administração de Timor-Leste. A política do CNRT, ligada à luta da Resistência, punha em relevo o idioma nos destinos de Timor-Leste.

Os jovens, que não contactaram com o idioma durante a administração indonésia, discordaram da decisão do Conselho Nacional. Instaurar a Língua Portuguesa no território foi, portanto, uma tarefa de difícil aplicação, dada a tomada de posição da juventude Timorense.

A própria administração da Organização das Nações Unidas (ONU) privilegiava um sistema educativo baseado na língua Indonésia (*bahasa Indonésia*), dado o contacto prolongado da população com o idioma durante 25 anos.

Contudo, a agência noticiosa dos países de língua portuguesa – Jornal Digital³⁷ – fez uma estimativa que considerou que as crianças em fase pré-escolar falavam Tétum (com referência de algumas palavras do português), enquanto os jovens e adultos usavam *bahasa indonésio* e a geração mais velha com idade acima dos 40 anos falava o Português. Conforme dados apresentados pela ONU, 70% da população de Timor-Leste é analfabeta e apenas cerca de 15% da população fala o português cf. Brito & Martins (2004b:5-6). Parece que os dados indicados pela ONU são muito próximos dos dados de Thomaz (2002:90) de que “se aos alfabetizados que falam, lêem e escrevem o português juntarmos os analfabetos que melhor ou pior o falam, obteremos, quando muito, uma percentagem de 15 a 20 % da população total”.

Brito & Martins, (2004b:6) no seu estudo *in loco* (Junho/ 2001 – selecção de alfabetizadores e Agosto/2001 – curso de capacitação, acrescentam que “o bahasa indonésio funciona com maior intensidade como língua veicular, conforme breve inquérito aleatório que realizámos *in loco*: de 30 timorenses, com idade entre 20 e 35 anos, 6 conseguem expressar-se (ainda que precariamente) em português, 11 em inglês, 28 em bahasa indonésio e 19 em tétum”.

Todavia, a presença da Dra. Maria José integrada nos quadros da Missão Portuguesa revestiu-se de enorme importância, pois assegurou um fundamental elo de ligação entre os responsáveis administrativos do sector (UNTAET/ETTA e Banco Mundial) e o Governo acerca da Língua Portuguesa. O trabalho de parceria que desenvolveu com os responsáveis Timorenses, nomeadamente com o Padre Filomeno Jacob, culminou no Congresso da Juventude.

Naquele Congresso, e após terem percorrido a maioria dos Distritos e Sub-Distritos de Timor-Leste³⁸, os jovens concordaram em instaurar a Língua Portuguesa como Língua Oficial se lhes fossem facultadas as condições para a sua aprendizagem. É uma fase de reciclagem da língua oficial de Timor-leste no espírito das populações.

³⁷ Jornal Digital – Notícias dos Países de Língua Portuguesa (www.jornaldigital.com) – (consulta a 16/11/2009).

³⁸ A Dr.^a Maria José Carrilho percorreu o território na procura de avaliar as preferências linguísticas da população, num notável trabalho de impulsão à sedimentação de um novo pólo da cultura lusófona.

Portugal desenvolveu também uma série de projectos de intervenção que corresponderam a solicitações da comunidade local, colaborando, intensivamente, por exemplo, na radiodifusão de programas de Língua Portuguesa. Nestas, a dinâmica de intervenção ficou marcada pela dificuldade de acesso a vários sub-Distritos no sentido de estabelecer e difundir a Língua Portuguesa, de forma geral e acessível.

Também o *Comissário para o Apoio à Transição de Timor-Leste* – CATTL – facilitou a instalação de vários postos no território, com a criação de várias bibliotecas e ludotecas; e, com o envio de cento e cinquenta professores distribuídos pelos treze Distritos reciclaram muitos professores do Ensino Básico local e introduziram a Língua Portuguesa nas camadas mais jovens do território.

Em Outubro de 2000, é reaberto oficialmente o ano lectivo em Timor-Leste, com a Língua Portuguesa a ser leccionada como língua curricular. A presença de professores portugueses em praticamente todas as escolas pré-secundárias e secundárias, assegurava uma estrutura de ensino que cobria treze Distritos e sub-Distritos. E a cooperação dos professores portugueses, até à presente data, continua a contribuir para o melhoramento do ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa em Timor-Leste.



Figura 8 – Biblioteca Maliana³⁹

Contudo, ao nível do ensino superior, o Reitor da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, Professor Doutor Benjamim de Araújo Corte Real, sublinhava que é preciso criar uma estratégia de abraçar a Língua Portuguesa como língua de instrução e, essa medida

³⁹ Fotografia de João Vicente – ex-administrador de Bobonaro – disponibilizada por Vicente Paulino (2010).

poderá ser uma opção de crucial importância para o desenvolvimento desta Instituição. Quer isto dizer que, segundo o Reitor Corte Real:

“Inscreve-a como medida prioritária na sua política prevendo começar a usar a língua portuguesa nos seus cursos regulares (os cursos da FUP representam um projecto à parte), nomeadamente na Faculdade de Educação, ainda antes de 2010/2011, data que, como se viu, é aquela que foi estabelecida pelo MECJD, Ministério da Educação Cultura Juventude e Desporto, para o Ensino Secundário” *Apud* Bolina (2005:186).

No 2º Congresso Nacional de Educação, realizado em Dezembro de 2008 na capital de Timor-Leste, o ex-primeiro-ministro timorense, Alkatiri, salientou que

“A opção bilingue (tétum e português) é opção que nada tem a ver com o capricho da velha geração. É sim uma opção que visa defender a independência nacional e, como tal, defender o interesse de todas as gerações. Um número cada vez maior de jovens timorenses começa a falar e a escrever português. Estamos a assistir a um processo de reapropriação cultural, talvez melhor, de ressurreição cultural e linguística, reafirmando aquilo que é nosso em detrimento daquilo que nos é imposto”. [Acrescenta ainda Alkatiri que] “uma visão verdadeiramente estratégica de desenvolvimento passa necessariamente pelo reforço da nossa diferença e não pela sua diluição em busca de caminhos pretensamente mais fáceis” (Notícia Lusa 10/12/2008).

Neste trecho fica claro que é assinalável o acréscimo significativo de números de timorenses que falam Português. Por isso, a verdadeira estratégia de desenvolvimento que o governo timorense deverá tomar uma decisão exigente e flexível para melhorar o ensino, quer do nível básico, quer do nível pré-secundário e secundário, incluindo também o nível do ensino superior; incentivar os professores a escolher e preparar os materiais didáticos adequados para promover a capacitação dos alunos e a valorização do ensino nas comunidades académica.

No seguimento do aumento significativo do número de falantes de Português em Timor, os professores e educadores timorenses são reforçadores do ensino da língua e têm a enorme responsabilidade moral de divulgarem e consolidarem o português em todo o território. Estes professores e educadores timorenses têm múltiplas dificuldades em dar a conhecer o novo idioma aos seus alunos. Mas afirma Batoréo (2008:5):

“Este professor [timorense] trabalha muito, tem grande força de carácter e dedicação, muita motivação e vontade, mas não dispõe de bases científicas, culturais ou educativas, nem sequer de recursos para exercer as suas funções profissionais de modo criativo e independente. Vive num país predominantemente, rural, pobre, com corrupção, sem recursos e com tecnologia arcaica, sem garantias de emprego. (...). Além disso, apresentam lacunas específicos quanto ao *seu conhecimento sobre a Língua Portuguesa aos seus alunos*, que poderão ser explicadas pela interferência do Indonésio, língua de forte imposição formal, alfabetização e instrução obrigatórias, ao longo de quase um quarto de século”.

Assim, foi urgente organizar materiais pedagógicos para o ensino eminente do português como língua, condizente com a realidade do ensino em Timor, considera talvez como *segunda língua*. Importa ter presente que o *Plano de Reintrodução da Língua Portuguesa* (PRLP) conduzido pelo Ministério da Educação e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (este último através do Instituto Camões), o Ministério da Educação do governo de Timor-Leste requisitou junto da editora portuguesa *Lidel* – uma editora que tem competência específica em manuais de ensino do *Português como Segunda Língua e Estrangeira* – ajuda a produzir os manuais de Língua Portuguesa específicos para o contexto do ensino em Timor-Leste⁴⁰.

Em 2007, o actual presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco silva, sublinhou que “A língua é um elemento fundamental de identidade, principalmente no mundo global”, e em nome dos portugueses, manifestou honrosamente, “a disponibilidade portuguesa para ‘acolher sempre’ pedidos que venham a ser feitos por Timor neste domínio” e apelou a que “Todos os países da CPLP⁴¹ devem estar envolvidos nesta consolidação da Língua Portuguesa, ao lado do Tétum em Timor-Leste. O Brasil já está, Cabo Verde pode estar, e outros países podem também estar” (RTP 2007; LUSA 15/11/2007).

Como corolário da reflexão aqui desenvolvida, sobre todo o processo que faz resistir a Língua Portuguesa em Timor-Leste, importa concluir que a(re)implantação realização da Língua Portuguesa em Timor-Leste dá-se numa situação de plurilinguismo (nível nacional) e

⁴⁰ Na sequência do pedido do Ministério da Educação do governo de Timor-Leste, a editora *Lidel* responde honrosamente tal pedido e desenvolve arduamente um método pedagógico denominado Português em Timor, o qual é constituído por um conjunto de três livros do aluno, de nível básico (1), intermédio (2) e avançado (3), cassetes áudio e do livro dos professores correspondentes. Estes manuais normalmente são adaptados, seguindo o método Português Sem Fronteiras.

⁴¹ Portugal na sua relação com a CPLP, considerou desde sempre como sua “arma” estratégica e política nas relações regionais e internacionais com países da comunidade, é os laços históricos. Como defende Mário Soares: “No entanto, reencontramos um caminho comum, que teve século de história, refizemos o diálogo numa língua igualmente comum (...) redescobrimos o afecto recíproco e afirmamos a nossa vontade política de estreitar os laços que nos unem e desenvolver em base solidárias e de respeito mútuo a nossa cooperação” *apud* Leonard (1998:436).

de bilinguismo (nível individual), o que pressupõe que todo o trabalho de investigação relativo a esta problemática deve ser orientado a partir e em função de realidade linguística. Neste país do Crocodilo, a Língua Portuguesa é adoptada como língua oficial desde a restauração de independência, em 20 de Maio de 2002, tem vindo a “tornar-se da língua timorense”, consequência da coexistência deste idioma com as outras línguas faladas no país que é o tétum, a par de línguas maternas de cada etnia.

Embora inicialmente a Língua Portuguesa tenha sido imposta a língua do outro, o certo é que foi adaptada e enriquecida por um novo espaço cultural: o espaço timorense, o espaço de uma hibridação linguística e cultural convergente. Assim, a Língua Portuguesa que foi inicialmente como um instrumento de opressão e dominação, isto é, de língua do outro, transitou para uma língua própria, passando deste modo a fazer parte do património cultural timorense.

De acordo com os dados recentes, o actual presidente de Timor-Leste, Horta declara à Agência Lusa que “O balanço é bastante satisfatório porque não é em oito anos que se populariza uma língua, sobretudo uma língua latina, europeia, antiga, complexa e muito diferente da realidade, da lógica, do raciocínio e do dia-a-dia de um povo asiático”. Para isso, acrescenta ainda o presidente: “O importante é sabermos que a expansão de uma língua, a sua consolidação, leva anos, não é coisa de cinco ou dez anos e, sabendo que isso é uma opção estratégica de Timor, então é necessário que o Estado timorense invista”⁴².

País	População	Falam português		Acessam a Internet	
ANGOLA	12.531.357	40%	5.012.542	4.0%	200.501
BRASIL	196.342.587	99,7%	195.753.559	34.4%	67.339.224
CABO VERDE	426.998	40%	170.799	8.7%	14.859
GUINÉ BISSAU	1.503.182	5%	75.159	2.5%	1.878
MOÇAMBIQUE	21.284.701	0.9%	191.562	6,5%	11.493
PORTUGAL	10.676.910	96%	10.249.833	39.8%	4.079.433
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	206.178	20%	41.235	11.2%	4.618
TIMOR LESTE	1.108.777	6%	66.526	s.d.	s.d.
		211.369.653		71.652.006	

Figura 9 – Dados de população e acesso à Internet (Internet World Stats, acesso em 02.08.2009). Dados de falantes da língua portuguesa (Observatório da Língua Portuguesa, acesso em 02.08.200.)

⁴² Fonte: Jornal da Midia – 27/07/2009.

Realçamos que o espaço que a Língua Portuguesa ocupa no mundo digital atualmente é pequeno, estimado em 7%. A maioria dos países que falam português ainda precisa de alcançar melhores condições de acesso à tecnologia e combater o analfabetismo. Sabemos que a posição do alcance da Língua Portuguesa é prejudicada pelo subdesenvolvimento econômico em que se encontra a maioria da África de Língua Portuguesa e pela existência de amplas camadas da população sem acesso à Internet no Brasil, e em Timor-Leste que tem 1.108.777 população com apenas 6% da população fala português ainda não bem posicionado neste espaço digital. A tabela a seguir dá uma idéia da situação actual nos países cuja língua oficial é o português.

Síntese geral

O valor universal da Língua Portuguesa concebida pela sua dimensão cultural, social, científica e histórica na confluência de civilizações constituem reconhecidamente alicerces fundamentais na identificação da vida da nação timorense e o seu Estado. O fenómeno de aculturação de séculos veiculada pela Língua Portuguesa e pela Religião, plasmada por normas e do Direito da matriz civilista ou continental, pujante de manifestações, de cultura, arte e conhecimentos que remota séculos da existência, fez de Timor-Leste a moldura cultural de referência. O Português é a língua do saber uma janela de oportunidades para o Mundo. Como Língua de cariz universal, traz conhecimentos de ciência, tecnologia e valores humanos. Sem o conhecimento da língua é impossível comunicar com os outros, para isso a comunicação é uma das coisas de maior importância em nossas vidas na sociedade de hoje. A capacidade de comunicação, seja ela por domínio da linguagem falada, escrita ou corporal, sempre nos trás consequências positivas. Quem domina a norma culta da língua, e é apto a escrever e falar correctamente está sempre à frente, diferencia-se da maioria que incorre em erros banais e basilares. Segundo Paulo Nathanel Pereira de Souza, presidente do Conselho da Administração do CIEE "Saber escrever bem é transmitir ideias consistentes com a agilidade que os meios de hoje impõem. Saber escrever bem é ser um artista das palavras. E todos nós, empresas e profissionais, precisamos redescobrir urgentemente a eficiência dessa arte".⁴³.

⁴³ [http://www.webartigos.com/articles/5769/1/A-Importancia-Da-Lingua-Portuguesa-E-Suas-Implicacoes/pagina1.\(consulta a 26.06.2010\)](http://www.webartigos.com/articles/5769/1/A-Importancia-Da-Lingua-Portuguesa-E-Suas-Implicacoes/pagina1.(consulta a 26.06.2010))

Sabemos que a história de Timor-Leste, durante 24 anos (1974-1999) a Língua Portuguesa nesse período de duas décadas, é silenciada por bastante tempo e passa a ser falada quase que na clandestinidade pelos mais idosos. Segundo Hull (2000:32) “o invasor indonésio proibiu em todas as escolas o ensino de português, substituindo-o pelo ensino indonésio”. Depois da independência a Língua Portuguesa foi escolhida como língua oficial a par do Tétum. Há uma geração (todas as pessoas com menos de 30 anos, o que constitui a esmagadora maioria da população) que não fala português.

Aprendeu bahasa (língua) Indonésia e inglês como segunda língua e fala tétum em casa, além de alguma outra língua timorense, como o dialecto. É a chamada geração "Tim-Tim", do nome Timor-Timur, que os indonésios davam à sua 27.^a província. Muitos estudaram no tempo da Indonésia e desconhecem o valor da Língua Portuguesa, que faz parte da sua história e na cultura do povo timorense.

Para isso, apesar de Língua Portuguesa, sendo uma das línguas oficiais, é língua de instrução, mas não é língua de comunicação, porque esta é feita na língua materna, ou seja, em Tétum ou nos seus próprios dialectos. A segunda parte do trabalho tentaremos analisar a percepção da Língua Portuguesa dos quatro (4) estudantes timorenses no Ensino Superior em Portugal, os seus conhecimentos, a compreensão as dificuldades por eles sentidas. Todos nós conhecemos que uma das maiores dificuldades para a integração de um estudante estrangeiro é a Língua Portuguesa, isso vai dificultar a sua adaptação à matéria dada pelos professores, ao mesmo tempo, afectando a sua relação com a comunidade de acolhimento.

O tema dificuldade de aprendizagem na Língua Portuguesa, nos alunos desde o pré-escolar até o Ensino superior, constitui um problema de actualidade mundial.

SEGUNDA PARTE

ESTUDO EMPÍRICO

1. Metodologia

Nesta segunda parte, apresenta-se o estudo de recolha de informações – entrevistas – e análise das mesmas. Pretende-se fazer uma análise de dados recolhidos juntos de estudantes timorenses, a frequentarem o Ensino Superior, em Portugal, acerca da sua percepção da Língua Portuguesa, tendo em vista um reforço da sua implementação em Timor.

O português faz parte da história da nação timorense. O português é, em si, um idioma de importante relevo no mundo moderno. Uma língua internacional, falada por cerca de 200 milhões de pessoas, nos cinco continentes. Há ainda a importância desempenhada pelas futuras relações de Timor-Leste com o mundo lusófono, o que proporcionará vantagens sociais e culturais e benefícios materiais, como salienta o linguístico australiano Hull (2002:39):

“Para Timor-Leste, o português tem também a vantagem de que o tétum (língua franca) não seja formalmente muito afastado do português na sua pronúncia, gramática e vocabulário. O português não é um idioma demasiado difícil para os timorenses pois estes já possuem um relativo conhecimento passivo do português, devido ao facto de que já falam o tetum-Díli”.

Isto é, a dificuldade desta língua, não impediu os timorenses de a escolher como sua língua oficial. Nesse sentido, acrescenta ainda o autor (2002:46)

“A juventude deve fazer um esforço colectivo para aprender ou reaprender a Língua Portuguesa. Um dever que qualifica como ‘patriótico’, até porque a cultura e a Língua Portuguesa fazem parte da sua memória; e não falar português seria voltar costas a um passado correndo Timor-Leste o risco de se tornar ‘uma nação de amnésicos’.

Metodologicamente, como já aludimos desde início, o nosso trabalho é dividido em duas partes, tendo como horizonte uma reflexão é iniciada a partir de um breve enquadramento teórico-histórico – que diz respeito à questão da Língua Portuguesa no

período da colonização portuguesa; no período da ocupação da Indonésia e após a Restauração da Independência de Timor-Leste de 20 de Maio de 2002. Na segunda debruçar-nos-emos sobre um ensaio de estudo empírico que diz respeito ao estudo analítico das respostas dos estudantes entrevistados.

Apesar de termos abordado detalhadamente, desde o início deste trabalho, a contextualização da Língua Portuguesa em Timor, por motivos pedagógicos, neste enquadramento metodológico reforçaremos a nossa posição enquanto investigadora, dando-se mais a informação sobre a existência desta língua que primeiramente entrou em contacto com o povo de Timor.

Neste sentido, importa afirmar que a Língua Portuguesa foi falada intencionalmente desde 1738 por aqueles que frequentavam as primeiras letras nas escolas dos missionários dominicanos. Contudo, recorda Gunn (2001:21) que a importância das missões no que diz respeito aos estudos linguísticos e à divulgação da Língua Portuguesa no seio da sociedade timorense entre a elite local e da relação entre a “Coroa Portuguesa” e a “Coroa dos Reinos Timorenses”, designadamente à “habilidade para cimentar (...) e (...) impor um sentido de aliança partilhada entre aliados mesmo inconstantes, reforçando uma política de equilíbrio civilizador colonial, através do consenso e da cooptação, o que previa uma concessão de alianças subjacentes a formação de uma “identidade lusitana imaginária” em Timor.

2. Sujeitos

Do universo dos estudantes timorenses do Ensino Superior, que estão a estudar em diferentes localidades, seleccionámos e demos prioridade a quatro elementos (duas estudantes e dois estudantes) entre os que mais experiências tinham nesta matéria. As idades variam entre 38 e 40 anos, são formados no tempo da ocupação da Indonésia, em diferentes áreas. Depois da restauração de independência foram seleccionados para ocupar o cargo de docente em escolas públicas de Timor-Leste. Todos eles são casados: a *primeira* e a *segunda* ambas têm dois filhos, o *terceiro* tem uma, ao passo que o *quarto* é pai de um filho. Todos eles formados no tempo da Indonésia, dos quais o *primeiro* concluiu os seus estudos na Indonésia-Kupang.

Foram seleccionados 4 estudantes bolsheiros do projecto de cooperação bilateral de 2007 entre Timor-Leste e Portugal a frequentar o Ensino Superior em Lisboa e Porto. Os entrevistados

não revelaram o seu curso porque no nosso guião de entrevista não incluía a pergunta formal sobre tal questão.

3. Instrumentos

Elaborámos um Guião de entrevista⁴⁴ directiva, constituído por 5 itens (Anexo I) e, num primeiro momento, com os entrevistados, enquadrámos o objectivo do nosso estudo. Foi assegurada a confidencialidade das informações prestadas e pedida autorização para gravar as entrevistas. Seguimos as orientações da Estrela (1994).

Após os seus consentimentos, demos início às entrevistas a dois elementos que decorreram no mês de Novembro e Dezembro de 2009 no Porto. Os outros dois decorreram no mês de Janeiro de 2010 em Lisboa. As entrevistas foram posteriormente transcritas utilizando um código para cada entrevistado (E1aE4) para respeitar a privacidade das pessoas (Anexo 1-4).

O objectivo destas entrevistas foi saber como se posicionam os entrevistados face ao domínio (oral e escrito, regras gramaticais, verbos e vocabulários) que evidenciam da Língua Portuguesa, que factores influenciaram a sua vinda para Portugal e que futuro prevêem para a Língua Portuguesa no território de Timor-Leste.

Os materiais utilizados nestas entrevistas foram um caderno e uma caneta⁴⁵, um gravador e cassetes⁴⁶. A utilização destes instrumentos serviram para registar os dados fornecidos pelos entrevistados, de modo a poder analisá-las e correlacioná-las com todos os componentes necessários, quer na perspectiva teórica-histórica da existência de Língua Portuguesa em Timor-Leste, quer na sua aplicação no ensino. Deu-se assim a possibilidade, para nós enquanto investigadora, de poder reunir todos os dados numa análise comparativa e crítica aos agentes cooperativos na aplicação do apoio aos estudantes entrevistados.

⁴⁴ O guião de entrevista também é um instrumento que o investigador utiliza para recolher as informações dos seus colaboradores (por exemplo, neste estudo, o público-alvo é os estudantes timorenses que frequentam o seu estudo no Ensino Universitário Português).

⁴⁵ O investigador utiliza estes dois instrumentos para escrever as informações dos entrevistados ou as pesquisas de campo.

⁴⁶ Estes instrumentos são maioritariamente usados pelos investigadores como catálogo de informação completa de uma entrevista ou de um acontecimento social. Estes instrumentos são complementos dos primeiros instrumentos utilizados (caderno e caneta).

Os participantes⁴⁷ ofereceram todos, de uma maneira agradável e com algumas dificuldades de língua, a sua cooperação científica na didáctica e ainda na acção com a experiência própria e directa. Em nossa opinião, as informações apresentadas pelos entrevistados também são “instrumentos formais” que possibilitam o trabalho do investigador. Isto é, a cada informação recolhida tem seu particular relevo na fundamentação da análise do caso enquanto ela é uma luz que pode projectar ou evidenciar um facto ou uma realidade objectiva.

Apresentaremos a seguir uma tabela dos respectivos elementos

Quadro 1 – Caracterização dos sujeitos

Código	Idade	Sexo	Naturalidade	Estado civil	Profissão actual	Tempo de residência
E1	40	M	Timorense	Casado	Estudante	2 Anos
E2	39	M	Timorense	Casado	Estudante	2 Anos
E3	38	F	Timorense	Casada	Estudante	2 Anos
E4	39	F	Timorense	Casada	Estudante	2 Anos

4. Procedimentos

Entre os instrumentos de recolha de dados foi privilegiado o colóquio informal, estando atenta à leitura dos sinais dos tempos, à reflexão sobre trechos atinentes a esta matéria, e ainda o pedido formal a algumas pessoas que considero estarem mais “por dentro” da situação. Não foi exaustiva a actividade para a recolha de dados. Poderia talvez ser mais abrangente, com a inclusão de organismos oficiais e de entidades mais ligadas à linguística. E mais: seria importante poder ter recolhido, de Timor-Leste mesmo, outras opiniões. Dado que tal não se pôde realizar, conto com o conhecimento de alguns estudantes timorenses no Ensino Superior em Portugal. A premência do tempo e do trabalho também impôs os seus limites. Realizámos a nossa primeira entrevista com a pessoa E1 e E2 no Porto, onde estes estão realizar os seus estudos no Ensino Superior. Ao passo que os de E2 e E3 em Lisboa.

⁴⁷ Os participantes são instrumentos vivos que ajudam o investigador na recolha de informações. Pois são também objectos vivos de um processo que disponibilizam os seus dados pessoais ao investigador.

5. Análise e discussão dos resultados

Com o método “inspirado” na *análise de conteúdo* (Bardin, 2004), e que poderá “pecar” por falta de rigor formal, pretendeu-se somente simplificar a sistematização da informação, facilitando, desta forma, em nosso entender, a análise e discussão dos resultados.

Os quatro estudantes timorenses no Ensino Superior de Lisboa e Porto, responderam à 5 questão, referiram as suas dificuldades na Língua Portuguesa. Esta situação não favorece a aprendizagem da língua, que é basilar para “apanhar”, acompanhar e expressar as noções das diversas disciplinas.

Observamos uma quantidade de dados reais atinentes da linguística, analisando cada texto escrito e também “falado” provenientes da comunicação no mundo real (língua em uso), com o auxílio, embora modesto, de ferramentas computacionais. Por isso, procurámos observar e interpretar os dados que tínhamos em mão e extrair informações, com vista a novas perspectivas para a análise linguística. Em anexo apresentam-se quatro respostas às perguntas previamente elaboradas, bem como o resultado do estudo dessas mesmas respostas.

1. Quanto à primeira questão, verificamos que os quatro elementos começaram a estudar a língua no “Curso da Língua Portuguesa”, orientados por professores portugueses e por professores brasileiros.

2. À segunda pergunta, a resposta dada é que a primeira pessoa não tem ninguém na família que fale o português, ao passo que os outros três tiveram os pais e os tios embora de uma certa idade, que falavam o português.

3. As motivações que os levaram à escolha do estudo em Portugal são de várias ordens: querer aprender, conhecer e compreender, ter um conhecimento mais alargado, facilitar a comunicação com países de línguas latinas – a língua fazer parte da história, da cultura e da identidade – vantagem fundamentalmente em escrever e falar bem o português, conhecer a cultura de um outro país, a fim de enriquecer o próprio conhecimento, para o bem comum

4. Os problemas dos estudantes timorenses em Portugal:

a) Dificuldade devido ao pouco conhecimento e deficiente compreensão da língua. É insuficiente o conhecimento da Língua Portuguesa.

b) Dificuldade de integração ao nível da inserção ou integração sociocultural: inserção na universidade, sociedade portuguesa e europeia. O factor principal que dificulta a integração dos estudantes entrevistados é não dominarem bem a Língua Portuguesa e não poderem comunicar muito bem com os colegas de residência e nem com os da Faculdade. Nos primeiros anos estes estudantes foram acompanhados pelos seus tutores, possibilitando-os usufruir de todos os apoios necessários – por exemplo, ajuda para se a integrarem na comunidade de acolhimento e indicação dos métodos de pesquisa sobre um assunto ou uma temática que se pudesse relacionar com a disciplina.

Apesar das dificuldades que os estudantes entrevistados encontraram a nível de integração na comunidade académica, eles não desanimam nem desistem, porque são apoiados incondicionalmente pelos seus tutores e terminam com um bom aproveitamento. A este respeito, recorremos a explicações da Silva (1995:9): “os altos níveis de expectativas mantidas pelos professores com os seus alunos e que são bem conhecidas como um grande passo para o sucesso escolar dos mesmos”.

c) Dificuldade em compreender a linguagem dos professores, erudita, de *per si*: dificuldade em comunicar não só ao mesmo nível, mas mesmo quanto à correcção e à fluência da linguagem. Os entrevistados não compreendem a linguagem expressa pelos professores, pelas seguintes razões: a primeira é por esta não ser a sua Língua Materna; a segunda é por, durante a ocupação por parte da Indonésia, a Língua Portuguesa ter sido proibida nas escolas e nas comunicações diárias; a terceira é o que eles não compreendem, são expressões técnicas e científicas, como refere Matan-Ruak (2001:41): “o português era uma língua basicamente oriunda da civilização greco-latino e de difícil aprendizagem”. Este caso, do ponto de vista de síntese, obriga os timorenses (principalmente os estudantes entrevistados) em fase de aprendizagem forçosamente difícil e lenta, levando tempo para explicitar bem o seu pensamento, e fazer/ter abstrações, para, e só, depois de se habilitarem a ler e apreenderem bem as ideias, a fim de atingirem um aproveitamento adequado e de serem capazes de ler obras literárias da humanidade, do lado ocidental. É uma mais-valia, embora possa ser difícil.

Apesar de tudo, importa dizer que a compreensão dos entrevistados sobre a sua aprendizagem da Língua Portuguesa alcançou o nível do suficiente. Ainda assim, importa referir que esse nível é sustentado por factores que os ajudam, por exemplo, o apoio dado

pelos colegas da mesma turma ou do mesmo curso, o de alguns colegas de residência, o apoio da Igreja, entre outros.

d) **Vocabulário:** Os entrevistados E1 e E2 têm a mesma dificuldade, porque o conhecimento que eles têm sobre o vocabulário do português é muito elementar. Segundo eles, este é apenas mais um elemento que dificulta o seu nível de aprendizagem, quer na compreensão da leitura bem como da expressão escrita. O estudante E3 afirmou que o seu principal problema é não conhecer bem todos os vocábulos do Português e, por esta razão, o seu problema principal é a pobreza do seu vocabulário. E4 declarou que aprendeu algum vocabulário no seu percurso de estudo, mas não é suficiente.

Como consequência parece-nos que os entrevistados E1, E2, E3 e E4 têm as mesmas dificuldades e reconhecem que este é um problema que vai dificultar a sua vida académica, pois a sua experiência é muito próximo do que Leiria (2001:129) sublinha: “Aprender uma palavra é muito mais do que apreender o seu significado”. Isto é, no âmbito da aprendizagem de língua, saber vocabulário implica conhecer a palavra não apenas num contexto específico e concreto, mas também em outros espaços e significações por vezes simbólicos. O conhecimento que uma palavra encerra nem sempre é unívoco. Como aponta Leiria (2001:123):

“Saber uma palavra consiste em saber os seus possíveis significados, as suas extensões metafóricas, as suas restrições pragmáticas, a categoria a que pertence e as restrições sintáticas a que está sujeita numa frase ou num enunciado, as suas características fonético-fonológicas, a sua estrutura morfológica, formas derivadas e flexão, e as suas relações paradigmáticas e sintagmáticas com outras. E, no caso de sujeitos escolarizados, a tudo isto se junta saber escrevê-la”.

Parece que são estes os elementos que dificultam os nossos estudantes entrevistados. Não são exclusivamente eles que sentem tal dificuldade. Também estudantes do país sentem dificuldades quanto a riqueza do vocabulário que não conhecem.

e) **Verbos:** O problema dos entrevistados E1, E2 e E3 são os mesmos. Segundo eles, a “língua indonésia” não tem muitos verbos e os verbos não têm tantas flexões como na Língua Portuguesa. É por isso que a construção da frase na “língua indonésia” é muito fácil de apre(e)ndê-la. Para eles, o português é uma língua viva e rica em verbos, porém, se não se

conjugam bem os verbos no que respeita a tempo, modo, pessoa e número existirão erros na construção da frase e na compreensão dos significados. O E4 revelou que os verbos são difíceis de apreender. Para isso é preciso fazer um estudo específico sobre esta matéria, de modo a poder conjugar bem os verbos, tanto na comunicação oral bem como na escrita. Importa concluir que os estudantes E1, E2, E3 e E4 têm o mesmo problema, mas pode dizer-se que o seu nível de aprendizagem sobre esta matéria já está no nível de suficiente.

f) Regras gramaticais: Segundo os entrevistados afirmaram, as regras são muito difíceis, daí resultando muita dificuldade em assimilá-las e compreendê-las de forma eficaz.

A gramática do tétum é relativamente fácil, já que não há géneros, nem conjugações de verbos, nem artigos definidos. Então *feto* pode traduzir-se com 'mulher' ou 'a mulher'. Da mesma maneira, não se usa o plural habitualmente para os nomes, se bem que seja possível usar a palavra *sira* ('eles') para ênfase. Exemplos⁴⁸:

- *feto* - [a] mulher

No caso de palavras de origem portuguesa, usa-se o plural distinto, com o sufixo s:

- *Estadus Unidus* - Estados Unidos (também *Estadu Naklibur sira*)
- *Nasoens Unidas* - Nações Unidas (também *Nasaun Naklibur sira*)
- *feto sira* - [as] mulheres

Não há verbos como 'ser', 'estar' nem 'ficar', mas pode-se usar a palavra *la'os* (literalmente 'não é') para indicar o negativo.

- *Timor oan la'os Indonézia-oan*. - Os timorenses não são indonésios.
- *Lia-indonézia la'os sira-nia lian*. - O indonésio não é a língua deles.

Da mesma maneira, *maka* (que se traduz aproximadamente como 'é que')

- *Xanana Gusmão maka ita-nia Prezidente*. – Xanana Gusmão é o nosso Presidente.
- *João maka gosta serveja*. - É o João que gosta de cerveja.

O participio passado não é usado habitualmente excepto para ênfase, quando a palavra *ona* ('já') é adicionada ao fim da frase.

⁴⁸ Os exemplos da expressão do tétum apresentados são tirados no site (http://pt.wikilingue.com/es/Idioma_tetun (consulta a 25/06/201.)

- Há'u han. – Eu como.
- Ha'u han etu. - Como/comi arroz.
- Ha'u han etu ona. - Comi/tenho comido arroz.

Como o malaio, o tétum usa duas formas de 'nós': ami (equivalente a 'kami' em malaio) que é exclusiva, e ita (equivalente a 'kita' em malaio), que é inclusiva.

- Ita-nia rai - O nosso país. (O meu país e o teu.)
- Ami-nia karreta - O nosso carro. (O carro da nossa família, não o teu).

g) A nível escrito e oral: revelam dificuldades na compreensão, pouco conhecimento e pouco à – vontade quanto ao uso dos vocábulos e expressões. Embora as dificuldades dos entrevistados sejam conscientes no que diz respeito à expressão oral, pode afirmar-se que existem inúmeros empréstimos do português ao Tétum, o que lhes permite compreender de imediato a palavra expressada. Será possível que a dificuldade que eles têm na expressão oral seja não prestar a necessária atenção quando outros interlocutores falam. A esse respeito, iremos relacionar precisamente o que Leiria (2001:138) refere: “As características do léxico mental de cada falante dependem da relação tipológica entre as línguas que esse falante domina, do nível de proficiência e da forma de aprendizagem de cada uma delas”. É deste modo, que os falantes de qualquer língua devem estar atentos à fixação dos vocábulos na sua comunicação oral, para que não produzam erradamente a frase. No contexto linguístico, o domínio da oralidade sobre uma ou mais línguas é uma competência transversal que deve permitir a qualquer pessoa – neste caso, os entrevistados referidos – mostrem a sua afirmação pessoal e a sua integração numa comunidade de acolhimento (residência), para ser um locutor eficaz tanto como ouvinte crítico e interlocutor efectivo, membro de uma comunidade em que se integra.

No que diz respeito a nível de escrita, a dificuldade que os entrevistados enfrentam é a mesma que se aplica com outros elementos (vocábulos, verbos, regras gramaticais). Como afirmou o entrevistado E1: “Não posso comparar-me a uma pessoa que possui a Língua desde a sua infância, que lhe está no sangue, ou seja com alguém que a tem como língua materna. Pessoalmente, posso afirmar que se precisa muito tempo para aprender a escrever bem esta Língua, dada a sua dificuldade para nós, como acima já tentei dizer”. E2, por seu lado,

sublinhou que “Ainda não consigo conjugar o primeiro enunciado com o segundo ou terceiro enunciado”.

Com base nas afirmações dos informantes, podemos, portanto, afirmar que a escrita é um processo delicado, que precisa de ser treinado pelos aprendentes ou estudantes, ou seja, aqueles que querem apreender a língua de forma correcta e completa⁴⁹. Aliás, no processo de aprendizagem, os estudantes entendem claramente que a escrita não é um produto, mas trata-se de um processo complexo, com uma metodologia própria, composta pelas regras de planificações, textualização, revisão e reescrita, e que a aprendizagem da escrita requer um treino adequado e contínuo.

Como corolário da análise aqui apresentada, importa sublinhar que os principais obstáculos que impedem o processo de integração dos estudantes timorenses em Portugal são os seguintes: o problema de língua, que é o principal factor, também a fase do ciclo de vida, a falta de apoio psicológico e a multiplicidade de disciplinas. A língua é um instrumento de comunicação, e o domínio da Língua Portuguesa torna-se fundamental para o acesso ao conhecimento, no relacionamento social, para o desenvolvimento e na aprendizagem (processo de ensino e educação), pois sabe-se que o domínio desta, como factor de transmissão e apropriação dos diversos conteúdos das disciplinas, condiciona o sucesso escolar, o que vai repercutir-se tanto no sucesso profissional, como no exercício pleno da cidadania.

A este respeito, relembremos o curioso testemunho directo de Vicente Paulino – que em sua comunicação intitulada “*Testemunho pessoal: apreender à vencer os desafios*”, apresentada no encontro de homenagem dos finalistas em Laveiras de 6 de Setembro de 2008 – afirmou que “A língua é o primeiro obstáculo que impede a nossa integração e adaptação com as realidades e culturas diferenciadas; o apoio psicológico é uma das prioridades do acompanhamento ao processo de integração, mas a instituição cooperativa e a própria Embaixada de Timor-Leste não nos concedem este tipo de apoio. Este nível de apoio, só foi acompanhado pelo gabinete de apoio da universidade”.

Perante estes obstáculos, alguns estudantes timorenses foram desistindo do seu estudo e os que estão ainda a continuar, é porque têm uma atitude de querer enfrentar e vencer os desafios, o que é de louvor.

⁴⁹ A expressão “correcta e completa” que usamos aqui é para referir o modo como um estudante pode escrever em português correctamente.

5. O investimento na formação dos professores de Língua Portuguesa, a formação das futuras gerações na área de educação, em todos os lugares, investindo em projectos de alfabetização, em favor dos que não têm conhecimento suficiente. E a formação de formadores nesta matéria.

As dificuldades de adaptação dos estudantes ao Ensino Superior são documentadas por vários estudos nacionais e estrangeiros. Os aspectos da transição e de desenvolvimento são comuns a todos os estudantes. Dos estudos a que tivemos acesso (Pereira, 2003) sugerem que os principais problemas que os estudantes estrangeiros enfrentam têm a ver com o domínio da língua. Pelos alunos provenientes dos PALOP e de Timor-Leste não só na língua como também nas questões de integração no meio académico na sociedade portuguesa.

A língua desempenha um papel importante, e é necessário que os estudantes timorenses no meio da sociedade em que vivem estejam à altura de aproveitar de aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as actividades humanas. Em síntese aprender a ser.

O ensino-aprendizagem de uma língua não é tanto a aquisição dum repertório de saberes codificados, mas antes o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento. Pode ser considerado como meio e como uma finalidade da vida humana; meio, porque se pretende que cada um aprenda a compreender o mundo que o rodeia. A formação dos estudantes timorenses implica também a abertura a outros campos do conhecimento e, deste modo, podem operar-se fecundas sinergias entre as disciplinas, enriquecendo-se com qualquer experiência. Observamos que os quatro entrevistados - são todos os professores, têm um domínio da Língua Portuguesa e na sua profissão irão fortalecer os próprios conhecimentos e os dos seus destinatários (estudantes)

O aprender a conhecer e o aprender a fazer está mais ligado à questão da formação profissional: como ensinar o aluno a levar à prática os seus conhecimentos e, também, como adaptar a educação ao trabalho futuro? A educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa-espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal. Todo o ser humano deve ser preparado especialmente graças à educação que recebe na juventude, para elaborar pensamentos autónomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a que possa decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Consideramos que a língua é, acima de tudo, expressão de identidades: identidades de grupos, de nações, países ou regiões (de onde surge o conceito de língua ou línguas nacionais), de países, de comunidades de países, de localidades e, também e de forma muito significativa, de indivíduos. Segundo a definição do Prof. Celso Cunha (in Nova Gramática do Português Contemporâneo, Edição Nova Fronteira, 1985, pag.01), língua é “um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos”, e é ainda “a expressão da consciência de uma colectividade” . E a linguagem é “o sistema de sinais que serve de meio de comunicação entre os indivíduos”. Portanto, a língua expressa a cultura de um povo, formando o seu idioma, sendo colocada em evidência através da linguagem, e está directamente ligada a estrutura da sociedade a que pertence, de forma que é uma de suas mais importantes expressões culturais.

Ela é a alma de um povo, e por esse motivo deve ser estudada e cultuada pelos cidadãos, para que seja obtida uma perfeita comunicação e interacção social entre todos os indivíduos. O Português faz parte da história de Timor-Leste e é uma das línguas maternas, atendendo à sua sobrevivência durante, mais ou menos quatrocentos anos, a par das línguas locais de família austronésia e papua. Como o Tétum foi por muitos anos factor de unidade e de identidade nacional, ao funcionar como a língua comum de todos os grupos, o Português também se tem mostrado capaz de harmonizar como as línguas locais porque durante séculos, a colonização portuguesa, por sua conveniência, nunca interferiu gravosamente nas instituições locais e/ou fez poucas tentativas para mudar a cultura timorense.

O Português é um idioma de grande importância para Timor-Leste, pois sendo uma importante língua internacional, falada por mais de duzentos milhões de pessoas nos países da CPLP, pode proporcionar a Timor vantagens sociais e culturais e benefícios materiais.

Para que o português não desapareça e para que possa ter uma continuidade em Timor-Leste torna-se necessário: não basta enviar cooperantes para ensinar o português nas escolas, para dar aulas de português aos professores timorenses. É necessário criar condições para que o ensino seja assegurado pelos timorenses;é necessário assegurar uma formação contínua dos docentes timorenses por formadores qualificados. Também é necessário implementar o uso e ensino sistemático do Tétum, pois o tétum, sendo uma língua fundamentalmente de tradição oral, irá buscar ao português vocábulos para se tornar apta a ser língua de ensino, língua de cultura e de ciência.

Para isso deve-se: utilizar a Língua Portuguesa para conhecer e dar a conhecer os aspectos fundamentais da cultura do país; usar formas simples de comunicação oral e escrita nas relações em comunidade e no meio para aprender normas de conduta na vida social e política; ler e saber contar, oralmente e por escrito, histórias relacionadas com a comunidade; compreender e pôr em prática regras elementares da organização e funcionamento da Língua, em frases simples.

A língua, como todos os tipos de linguagens, é adquirida por meio da observação e da repetição, e desenvolvida de acordo com o contato que o homem tem com outros seres sociais. Podemos dizer, portanto, que depende do “ensino directo” o aprendizado da língua e a formação de uma gramática interna, que nos dá condições de entender e sermos entendidos no processo de comunicação. Comunicação como o suporte da vida em sociedade e o mecanismo através do qual as relações humanas existem e se desenvolvem, de tal modo que nenhum grupo social teria possibilidade de sobreviver se entre os elementos que o compõem, não existisse uma troca de qualquer espécie de comunicação.

A comunicação é o acto de transmitir e receber uma mensagem, graças à utilização de um código adequado de sinais e símbolos, estabelecendo uma relação em que os actos, os pensamentos, as intenções e os sentimentos de um emissor estimulam e desencadeiam respostas num ou mais receptores (Lopes, 1996). Assim, pode-se comunicar pelo gesto, pela palavra falada e escrita, pela imagem (real ou sintetizada; convencionada ou simbólica) por sons ou pela ausência (sons ambientes, ruídos, música, pausas e silêncios), até através de sensações tácteis (escrita Braille, efeitos de vibração "sensurround" em cinema ou até um toque de advertência com o pé ou cotovelo). Os tipos de comunicação dependem da situação em que ela pode se estabelecer e assim, falamos de comunicação directa, comunicação à distância, comunicação dirigida quando o ponto que tomou a iniciativa de originá-la (ponto de origem) até fazê-la chegar a um ou mais destinatários bem identificados (carta, telefone) e da comunicação aberta quando destinada a quem quer que a possa e queira utilizar (TV, rádio, Internet).

TERCEIRA PARTE

CONCLUSÃO

A presente dissertação de Mestrado, a que demos o título “A Percepção da Língua Portuguesa por estudantes timorenses no Ensino Superior Português”, pretende ser um pequeno contributo de um cidadão a quem foram dados a oportunidade e o privilégio de, à distância, analisar crítica e reflexivamente e na perspectiva que nos é oferecida pelas Ciências da Educação, sobre as condições que tornaram possível a recente proclamação da Língua Portuguesa como língua oficial de Timor-Leste, a par do Tétum.

A nossa maior reflexão, a que demos corpo neste trabalho, consistiu em procurar compreender, por um lado, a língua, sua função e estudo, diversidade, designações e conceitos que ditam a diversidade de terminologia, o que traduz a complexidade inerente à questão em análise; por outro lado, no contexto timorense, o estatuto da Língua Portuguesa como língua oficial para incrementar a norma de unidade política-linguística e cultura nacional.

Estamos convictos de que a relevância histórica da presença da Língua Portuguesa em Timor-Leste não oferece dúvidas, pois faz parte de um passado histórico partilhado. Isto é, de certa forma, documentado em testemunhos escritos nas respectivas épocas. Assim, a presença da Língua Portuguesa despertou novas necessidades de comunicação, ligadas a interesses económicos e comerciais abrindo caminho de comunicabilidade necessária ao mundo exterior, sendo uma língua que motiva os timorenses a comunicarem com os outros nos espaços públicos, por exemplo, nas escolas e nas instituições públicas e religiosas. Assim, pode afirmar-se que o germinar da língua portuguesa em Timor-Leste se deu por motivações materiais e espirituais.

O facto de na época colonial o conhecimento da Língua Portuguesa ter sido obrigatório e condição *sine qua non* para a promoção social, estimulou, entre os timorenses, o esforço para a aprender. Mas sendo a grande maioria da população detentora de baixos níveis de literacia, fez-se um levantamento linguístico, de modo a poder desenvolver o tétum com suporte do Português. No entanto, qualquer que seja a proposta do governo para a consolidação da língua portuguesa passa necessariamente pela formação de professores seja inicial ou contínua, em primeiro plano para sensibilizar o uso da Língua Portuguesa como fundamento da identidade linguística timorense, favorecendo a existência da diversidade

linguística que caracteriza o país. A língua camoniana apresenta, em Timor, uma especificidade que não é a portuguesa, nem a brasileira, nem a sua expressão original nos países africanos de língua oficial portuguesa, mas é a de uma nação do sudoeste asiático, para muitos timorenses é como “língua do outro”, uma língua estrangeira que se torna língua oficial e também parte integrante da identidade linguística timorense.

É importante perceber também que a consciência nacional partilhada pelos timorenses perante a escolha da Língua Portuguesa como língua oficial está alicerçada pelo seu papel na perseverança e manutenção da identidade histórica e cultural. Por isso consideram-na como justificadora, transformadora, determinadora da construção de identidade social dos sujeitos que participam no processo da construção de identidade nacional. Como argumentam Brito & Martins (2004:76): “qualquer reflexão acerca do papel da língua na configuração de uma identidade nacional passa pela análise das condições contextuais da comunidade que utiliza, uma vez que a língua, ao mesmo tempo em que se refere às actividades sociais é, também, uma prática social”.

O ensino do Português em Timor-Leste torna-se extremamente difícil devido à inexistência de investigação científica, às insuficiências do corpo docente, às limitações dos discentes e à falta de suportes e materiais didácticos. Por isso, admitimos que a questão das interferências linguísticas pode, em muitos casos, ser benéfica, nomeadamente nos casos em que pode ser vista como um processo de enriquecimento da língua. Porém, temos que ter presente que, embora se assumam como marcas de identificação identitária, nem todos os desvios podem ser aceites desde que o seu uso seja tido como marca de desregramento desenfreado do sistema. Qualquer sistema tem a necessidade de se reger por certas normas para que o sistema tenha funcionalidade, a dizer, só a observação de certas regras permite que a comunicação se estabeleça, quer pela via escrita, quer pela oral. Assim sendo, não se estranha pois, que a Língua Portuguesa, a língua em que se processa o ensino, portanto a língua de acesso ao saber, impeça, muitas vezes, o aprendente de realizar com êxito a sua aprendizagem se não dominar o código linguístico.

Pare este efeito, considerando-se o perfil actual da grande maioria de professores, o ensino da língua tem de passar necessariamente por uma política que privilegie a formação de professores nesta área específica. Medidas para combater as deficiências relativas ao corpo docente têm de passar a fazer parte das preocupações do governo timorense, pois o professor/formador da língua deve, tanto quanto possível, ser proficiente na língua e

competente em metodologia, sobretudo em termos de estratégias de ensino e estratégias de aprendizagem. Só assim o professor enquanto emissor do conhecimento estará em condições de exercer com profissionalismo a sua actividade. A formação específica possibilitar-lhe-á um enquadramento global que permitirá uma pesquisa rica linguisticamente, começando assim por perceber e detectar as principais marcas e dificuldades que se verificam na produção e aprendizagem dos seus alunos e descobrir as suas causas.

Um trabalho desta natureza, constituindo um primeiro passo para a elaboração da tal “pedagogia preventiva”, possibilitará aos professores a preparação de conteúdos programáticos adaptados à realidade concreta dos alunos, insistido nas dificuldades maiores.

Tomando a consciência do analfabetismo da Língua Portuguesa que existe em Timor-Leste e confiando nos meus conhecimentos adquiridos ao longo do meu estudo realizados cá em Portugal no Ensino Superior tentarei realizar o meu Projecto:

Criar o “centro de formação de Língua Portuguesa” em todos os distritos, sub-distritos e sucos, para os que não sabem ler nem escrever (analfabetos) de modo a permitir a rápida consolidação desta língua. Assim, aumentará o número dos falantes de Língua Portuguesa e quanto maior for a exposição a essa língua, nas suas vertentes quer oral, quer escrita, maior é a probabilidade do sucesso na aprendizagem.

No que diz respeito a criação do “centro da formação de Língua Portuguesa” em todas as zonas com já aludimos, os professores/formadores e entidades governamentais devem cooperar mutuamente em criar condições necessárias (com a disponibilização do material escrito, fundamentalmente, relacionado com a temática da língua), para que o “centro de formação” seja ocupado pelos alunos e/ou os outros interessados, de modo a poder estar mais tempo exposto à língua. O governo deverá criar um plano específico para o ensino básico dando maior atenção ao processo da primeira aprendizagem das crianças na sala de aula, proporcionando-lhes acesso a todas as formas de contacto com materiais escolares diversificados. Assim, despertará nelas mecanismos internos de extrema importância na formação e desenvolvimento dos esquemas mentais que lhes darão acesso à competência linguística e comunicativa.

Embora o fenómeno bilateral de influências entre a Língua Portuguesa e o Tétum e outras línguas maternas seja uma realidade, o registo oral e escrito, popular da língua nacional “Tétum” tende para a portugalização devido à aquisição das expressões que não se encontram em tétum, pois o português, sendo língua oficial, deseja-se que o uso desta língua seja

suficientemente inteligível ao nível da comunicação com a comunidade exterior, partilhando com um certo grau de afinidade identitária.

Pensamos também que, para o desenvolvimento de Timor-Leste, não é pertinente a criação de um novo sistema, mas sim o desenvolvimento das competências linguísticas e comunicativas na Língua Portuguesa (com a inclusão dos “desvios” aceites a nível geral) e na língua tétum e outras línguas maternas.

Numa lógica de ensino de línguas não maternas de cada grupo étnico timorense, é necessário conhecer muito bem as necessidades dos jovens aprendentes para que se lhes possa dar a Língua Portuguesa na medida certa. Para isso, por um lado, os professores de ensino da língua devem adaptar as realidades dos jovens aprendentes, ajudando-os de forma intensiva e explicando-lhes as matérias de forma simples. Por outro lado, o governo e os professores das respectivas escolas explicam especificamente aos jovens alunos sobre a função da Língua Portuguesa enquanto elemento da identidade nacional timorenses, pois ela é um recurso principal da comunicação com a comunidade exterior; encorajam também os jovens alunos para que não esqueçam a sua língua materna e a preservem pois, também faz parte do património linguístico e cultural de Timor-Leste.

No contexto sociopolítico, o ensino da Língua Portuguesa aos jovens timorenses ainda é visto como uma língua segunda; no entanto, os indícios de aprendizagem mostram que apesar de o número de contacto dos aprendentes com a língua aumentar, mantém-se a sua posição como língua estrangeira. Isso não justifica que a posição da Língua Portuguesa como língua oficial esteja em causa, o que é mais importante é haver um maior número de timorenses falantes do português, dando assim a possibilidade de a Língua Portuguesa poder chegar rapidamente a todos os timorenses no interior do país e em condições de ser útil para o cidadão de uma nação de língua oficial portuguesa e da comunidade de países da mesma língua.

Estamos cientes de que não esgotamos tudo quanto há a apontar sobre o fenómeno de interferências linguísticas e a problemática do ensino em Timor-Leste. Antes de fechar a nossa conclusão, queremos destacar algumas sugestões que se nos figuram pertinentes numa estratégia conducente à qualificação do ensino em Timor-Leste:

- ♣ Utilizar a Língua Portuguesa para conhecer e dar a conhecer os aspectos fundamentais da cultura do país ;

- ♣ Usar formas simples de comunicação oral e escrita nas relações em comunidade e no meio para aprender normas de conduta na vida social e política;
- ♣ Ler e saber contar, oralmente e por escrito, histórias relacionadas com a comunidade;
- ♣ Compreender e pôr em prática regras elementares da organização e funcionamento da língua, em frases simples;
- ♣ Utilizar adequadamente actos da fala variados;
- ♣ Os professores que ensinam a Língua Portuguesa, antes de mais, aprenderem o Tétum e ou outras línguas maternas de modo a facilitar e apoiar a explicação da matéria aos seus alunos. Assim ajudarão os alunos a conhecer o mais depressa possível a expressão da fala em português.
- ♣ Dar formação e reciclagem permanente ao pessoal docente, uma vez por mês, num determinado lugar onde todos tenham acesso a todos.
- ♣ Criar um centro de explicação para estimular o hábito de leitura dos alunos (criação de bibliotecas de turma, actividades extra-curriculares que apoiem os alunos uma maior prática linguística).
- ♣ Criar uma associação de professores de Português, com encontros regulares, para a pesquisa a nível da Didáctica do Português, com actividades de reciclagem Metodológica e científica.

Para consegui-los, é necessário, numa perspectiva diferente do que se tem feito até hoje pelo actual governo (não excluindo também o anterior governo chefiado pelo Mari Alkatiri), lançar um olhar estratégico para o sector da educação, de modo a poder direccionar os planos de ensino do português para uma consolidação sólida e mais activa nas estruturas educativas, no sentido de consolidar rapidamente a Língua Portuguesa, e, e conseqüentemente poderá aumentar a motivação dos timorenses para aprenderem o português.

Estas são, em síntese, as propostas mais relevantes de um trabalho produzido com o carinho e a urgência que merece um país novo que se quer levantar e caminhar depressa para sua idade “adulta onde se pode olhar da sua pátria no mar distante que a gente fala português”. Pela nossa parte, deixamos aqui o nosso modesto contributo para esse tão desejado amadurecimento.

Bibliografia

- Almeida, António de (1975 [1994]), “*La Tache Pigmentaire Congénitale chez des Nouveaux nés du Timor portugais*”, in António de Almeida, *O oriente de Expressão Portuguesa*, Lisboa: Fundação Oriente, pp. 303-318.
- Bardin, L.(2008), *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições 70
- Barotéo, H
(2007). “*Enquadramento cognitivo para estrutura narrativa: uma proposta de olhar para a narrativa a partir da perspectiva da Linguística Cognitiva de Leonard Talmy*”, in *Veredas*, Revista da Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil: Juiz de Fora.
(2007a), “*Ensinar português no enquadramento poliglóssico de Timor-Leste*”, in *Língua Portuguesa: identidade, difusão e variabilidade*, Rio de Janeiro: UFRJ.
(2008), “*A língua Portuguesa em Timor: de que forma deve o ensino de Português adaptar-se às diferentes realidades nacionais?*”, o texto foi apresentado no Encontro sobre *Português como Língua não Materna* da Associação Portuguesa de Linguística (11 e 12 de Abril de 2008), Lisboa: FL-UL.
- Bolina, Mariette (2005), “*Timor-Leste e a língua portuguesa no seu projecto educativo*”, in *Revista Lusófona de Educação*, vol. 6, p.179-193.
- Brito, Regina. H. P & Martins, Moíses Lemos
(2004a). “*Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária no contexto lusófono*”, in *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. O texto está disponível em https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1679/3/mmartins_rbrito_lingualusofonia_2004.pdf ou <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/anuariolusofono/article/view/1156/902> (consulta a 20/12/2009).
(2004b). “*Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português*”, in *Actas do 3º Congresso Português da SOPCOM – do IV LUSOCOM e II IBÈRICO*, volume III, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 22 a 24 de Abril. <http://bocc.ubi.pt/pag/brito-regina-martins-mois-es-mo%C3%A7ambique-e-timor-leste-onde-tambem-se-fala-o-portugues.pdf> (consulta a 26/12/2009).
- Cinatti, Ruy; Almeida, Leopoldo de; Mendes, Sousa (1987), *A arquitectura timorense*, Lisboa: IICT.

- Corte-Real, Benjamin de Araújo & Brito, Regina H. P (2007). “*Aspectos da política linguística de Timor-Leste: desvendando contra-corrente*”, in Martins, Moisés Lemos; Sousa, Helena; Cabecinhas, Rosa, in actas *Comunicação e Lusofonia*, Porto: Campo das Letras, pp.123-132. http://www4.mackenzie.com.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Doutorado/Letras/Publicacoes/Artigo_2_Regininha_Aspectos_da_politica_linguistica_de_Timor_Leste.pdf (consulta a 15/1/2010)
- Carrascalão, Maria Ângela (2002). *Timor, os anos da Resistência*, Lisboa: Mensagem.
- Carvalho, Maria J. A. de (2001). “*Panorama linguístico de Timor, identidade regional, nacional e pessoal*”, in *Timor Lorosa’e – Revista de Letras e Cultura Lusófonas*, nº 14 (p.65-79), Lisboa: Instituto Camões
- Costa, Luís
 (2001), “*O tétum, factor de identidade nacional*”, in *Timor Lorosa’e – Revista de Letras e Cultura Lusófonas*, nº 14 (p.59-64), Lisboa: Instituto Camões.
 (2005), “*Línguas de Timor*”, in *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores
- Costa, Leão da (2003), “*A luta pela preservação da identidade cultural timorense no tempo da ocupação*”, em *Estudos de Línguas e Culturas Timorenses*, 5, pp. 11-17
- Castro, Afonso de (1867), *As Possessões Portuguesas na Oceânia*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Cabasset-Semedo, Cristine & Frédéric Durand (2009), *East Timor: how to build a new nation in Southeast Asia in the 21st century?* Bangkok: IRASEC.Semedo,
- Eco, Umberto (1998), *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Lisboa: Editorial Presença.
- Estrela, Albano (1994), *Teoria e Práticas de Observação de classes. Uma estratégia de Formação de Professores*. 4ª edição, Porto Editora, LDA.
- Felgas, Hélio Esteves (1956), *Timor Português*. Lisboa.
- Freire, Paulo (1999). *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gunn, Geoffrey,
 (1999), *Timor Lorosae 500 anos*, Lisboa: edição portuguesa – livros do Oriente.
 (2001), “*Língua e cultura na construção da identidade de Timor-Leste*”, in *Timor Lorosa’e – Revista de Letras e Cultura Lusófonas*, nº 14 (p.16-25), Lisboa: Instituto Camões.

- Hicks, David. (1976), *Tetum Ghosts & Kin Fertility and Gender in East Timor*. Illinois: Waveland.
- Hull, Geoffrey
 (2001), “*Língua, identidade e resistência*”, in *Timor Lorosa’e – Revista de Letras e Cultura Lusófonas*, Lisboa: Instituto Camões, p.14-25.
 (2002), “*Língua portuguesa: o último capítulo da Reconquista*”, in *Revista Janus – Anuário de Relações Internacionais*, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
 (2002a), *Identidade, língua e política educacional*, Díli: Instituto Camões.
- Hull, Geoffrey & Eccles, L (2005), *Gramática da língua tétum*, Lisboa: Editora LIDEL
- João, Felgueiras. (2001). *As raízes da resistência*, in *Timor Lorosa’e – Revista de Letras e Cultura Lusófonas*, nº 14, (p.42-49), Lisboa: Instituto Camões.
- Léonard, Yves (1999), “*As Ligações a África e ao Brasil*”, in *História da Expansão Portuguesa*, Bethencourt, Francisco & Chaudhuri, K. (dir), vol 5, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Leiria, Isabel (2001), “*Léxico, aquisição e ensino L2*”, in *Polifonia*, nº 19, Lisboa: Edição Colibri, p.119-141.
- Mattoso, José.
 (2001), “*Sobre a identidade nacional de Timor Lorosa’e*”, in *Timor Lorosa’e* – Revista de Letras e Cultura Lusófonas, Lisboa, Instituto Camões, p.6-13.
 (2005), *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense. Temas & Debates*, Actividades Editoriais.
- Matos, Artur Teodoro de (1974), *Timor Português 1515-1769/Contribuição para a sua história*. Lisboa: instituto Histórico Infante Dom Henrique/FL-UL.
- Marcos, Artur (1995), *Timor timorense: com suas línguas, literaturas e lusofonia*, Lisboa: Edição Colibri.
- Mendes, Nuno Canas (2005), *A multidimensionalidade da construção identitária em Timor-Leste*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- Paulino, Vicente
 (2008). “*Timor entre a fé e a cultura*”, comunicação apresentada no encontro do grupo de jovens de Carnide – grupo 3 nós, 2 de Outubro, Lisboa: Casa dos Irmãos Maristas.
 (2008a), “*Testemunho pessoal: apreender à vencer os desafios*”, comunicação apresentada no encontro de homenagem aos finalistas timorense, em Laveiras.

- (2009), *Identidade e representação: uma abordagem da cultura timorense*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Lisboa: FCSH-UNL.
- Relatório do Desenvolvimento Humanos de Timor-Leste 2002, *Ukun Rasin A'na: o caminho à nossa frente*, publicado por Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Díli: UN Agency House. http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/rdhtl_final.pdf (consulta a 11/12/2009).
- Relatório The Asia Foundation (2001) – *East Timor National Survey of Voter Knowledge (preliminary finding)*, Maio, Díli: Timor-Leste.
- Relatório de The World Bank (2004) – *Timor-Leste: Education Since Independence From Reconstruction to Sustainable Improvement*, Report No. 29784-TP.
- Matan-Ruak, Taur (2001). *A importância da Língua Portuguesa na Resistência contra a ocupação Indonésia*, in Camões – Revista de Letras e Cultura Lusófonas, Lisboa: Instituto Camões, pp.40-41.
- Sá, Artur Basílio de (1961). *Textos em teto da literatura oral timorense*. Lisboa: Junto de Investigação Ultramarina.
- Sílvio, Elia (2001). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Ática.
- Santos, Ana Sofia Rodrigues (2009), *O ensino da Língua Portuguesa em Timor-Leste: o método português em Timor e a importância do tétum (L1) na aquisição do português (L2)*, dissertação de Mestrado em Ensino do Português como L2 e LE, Lisboa: FCSH-UNL
- Silva, Maria C. Vieira (1995), “*Escola e Educação Multicultural*”, in *Educação e Ensino*, N°10 – Maio-Junho.
- Saldanha, Joao Mariano de Sousa (1994), *The Political Economy of Timor-Leste Development*, Jakarta: Pustaka Sinar Harapan.
- Taylor, John G. (1991), *Timor: a história oculta*, Venda Nova: Bertrand Editora,
- Thomaz, Luís Filipe
- (1977). *Timor: autópsia de uma tragédia*. Lisboa: Edição do autor, Dig/Livro.
- (1994). *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Edição Difel.
- (2000). *Timor Loro Sae: uma perspectiva histórica*, in *Timor um país para o século XXI*, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- (2002). *Babel Lorosae ; o problema linguístico de Timor-leste*, Lisboa: Cadernos Camões.

Anexos

Guião da Entrevista

1. Quando começou a estudar português?
2. Na sua família alguém fala português?
3. Porque escolheu estudar em Portugal?
4. Quais são as dificuldades que sente em relação à Língua Portuguesa
 - a. Vocabulário
 - b. Verbos
 - c. Regras gramaticais
 - d. A nível da escrita e da oralidade
5. Como se pode fazer para que um maior número de pessoas possa aprender a Língua Portuguesa?

PROTOCOLO DA ENTREVISTA

E 1

1. Quando começou a estudar português?

Eu nasci antes no tempo da ocupação da Indonésia, depois da Independência de Timor-Leste. Em 2002 é que comecei a estudar a língua frequentando o *Curso da Língua Portuguesa* orientado por professores portugueses. Não é muito proveitoso porque a situação a nível familiar não me permite fazer o curso regular segundo os programas do curso. Depois a distância é que dificulta de ter acesso regularmente duas vezes por semana.

2. Na sua família alguém fala português?

Os meus pais falavam português porque no tempo dos portugueses frequentavam a escola dos Padres em Soibada: por isso sabiam falar bem o português. Além disso quando rezamos o terço é sempre com o português, como por exemplo os três mistérios que contém no livinho intitulado “Dia santificado” e cantamos os cânticos da celebração eucarístico em Língua Portuguesa. Não sei muito o seu significado, porém rezamos e cantamos no terço e nas celebrações.

3. Porque escolheu estudar em Portugal?

Escolhi estudar cá em Portugal por duas razões, a meu ver fundamentais. *Primeiro*: o nosso Governo escolheu a Língua Portuguesa como língua oficial a par do tétum, para ambas serem utilizadas nas escolas, nos serviços públicos etc. *Segundo*: se quisermos manter viva a nossa relação histórica com Portugal temos que aprender, conhecer a fundo e compreender a Língua portuguesa e depois aplicá-la no dia-a-dia em qualquer lugar onde trabalharmos. Concretamente, sou Professora numa Escola Secundária em Balide. Acho que é muito importante aprender bem o português e desta maneira podê-lo ensinar aos meus alunos e a todos os que necessitarem conhecer esta Língua.

4. Quais são as dificuldades que sente em relação à Língua Portuguesa?

São bastantes. *Antes* de tudo no tempo da Indonésia estudei a Língua Indonésia e sabia falar bem o ‘bahasa indonésio’. *Depois* aprendi a Língua Portuguesa mas sem frequentar qualquer

curso de longa duração que me permitisse um bom conhecimento do português. Frequentei alguns cursos possíveis, temporários e por isso tenho apenas um conhecimento que considero mínimo.

- a). **Vocabulário:** é muito elementar e por isso encontro uma grande dificuldade na compreensão das diferentes disciplinas. Este facto veio a causar uma grande barreira na minha vida académica. Na nossa língua Tétum que é considerada como língua nacional mas tem poucos vocabulários.
- b). **Verbos:** A língua indonésia que aprendi não tem muitos verbos e os verbos não têm tanta flexão como na Língua Portuguesa. Deste modo torna-se muito fácil a construção das frases. Mas a Língua Portuguesa é muito rica, e os verbos têm muita flexão em tempo, modo, género e número. Não havendo muitos conhecimentos mais difícil se torna a apreensão dos conceitos e a construção das frases. O tétum tem muitas palavras de origem portuguesa ou mesmo portuguesas, mas os verbos em tétum são ainda mais fáceis que em inglês. Esta disparidade aumenta, a priori, a dificuldade.
- c). **Regras gramaticais:** o mesmo que acontece com os verbos, e por isso é muito difícil conhecer e compreender. Além disso há pouco paralelismo entre as duas línguas e o mesmo acontece entre o português e o tétum, que tem muito poucas regras e nem sempre fixas. Há muitas regras gramaticais na Língua portuguesa, por isso é muito difícil para mim.
- d) **A nível da Língua escrita e da Língua oral:** Por não ter muito conhecimento da Língua Portuguesa, das suas regras gramaticais, expressões idiomáticas, formas populares, verbos, e mesmo do vocabulário, os conhecimentos adquiridos no Ensino Superior têm-me ajudado bastante. Porém verifico muita insuficiência no meu conhecimento quer a nível escrito quer a nível oral. Não posso comparar-me a uma pessoa que possui a Língua desde a sua infância, que lhe está no sangue, ou seja com alguém que a tem como língua materna. Pessoalmente posso afirmar que se precisa muito tempo para aprender a escrever bem esta Língua Portuguesa, dada a sua dificuldade para nós, como acima já tentei dizer.

5. Como se pode fazer para que um maior número de pessoas possa aprender a Língua Portuguesa

Antes de tudo, o Governo timorense deve investir muito na formação dos professores da Língua Portuguesa para que por sua vez possam formar os alunos no conhecimento e expansão desta língua. Sem o conhecimento dos professores não podem haver maior número dos falantes, porque na educação é que pode ter a possibilidade de educar e formar as crianças no seu conhecimento.

E 2

1. Quando começou a estudar português?

Eu nasci no tempo da ocupação da Indonésia, depois da Independência de Timor-Leste. Em 2002 é que comecei a estudar a língua frequentando o *Curso da Língua Portuguesa* orientado por professores portugueses.

2. Na sua família alguém fala português?

Os meus pais falavam português porque no tempo dos portugueses frequentavam a escola dos Padres em Soibada: por isso sabiam falar bem o português. Acho que os estudos que faziam os meus pais no tempo português lhes ajudavam bastante, para compreender e actuar na situação de hoje.

3. Porque escolheu estudar em Portugal?

Escolhi estudar cá em Portugal por duas razões, a meu ver fundamentais. *Primeiro*: o nosso Governo escolheu a Língua Portuguesa como língua oficial a par do tétum, para ambas serem utilizadas nas escolas, nos serviços públicos etc. *Segundo*: se quisermos manter viva a nossa relação histórica com Portugal temos que aprender, conhecer a fundo e compreender a Língua portuguesa e depois aplicá-la no dia-a-dia em qualquer lugar onde trabalharmos. Concretamente, sou Professora numa Escola Secundária em Balide. Acho que é muito importante aprender bem o português e desta maneira podê-lo ensinar aos meus alunos e a todos os que necessitarem conhecer esta Língua. Também para conhecer a cultura muito rica de um outro país, a fim de enriquecer o próprio conhecimento, para o bem comum.

4. Quais são as dificuldades que sente em relação à Língua Portuguesa?

São bastantes. *Antes* de tudo no tempo da Indonésia estudei a Língua Indonésia e sabia falar bem o ‘bahasa indonésio’. *Depois* aprendi a Língua Portuguesa mas sem frequentar qualquer curso de longa duração que me permitisse um bom conhecimento do português. Frequentei alguns cursos possíveis, temporários e por isso tenho apenas um conhecimento que considero mínimo.

a). Vocabulário: é muito elementar e por isso encontro uma grande dificuldade na compreensão das diferentes disciplinas. Este facto veio a causar uma grande barreira na minha vida académica. A língua Tétum

b). Verbos: A língua indonésia que aprendi não tem muitos verbos e os verbos não têm tanta flexão como na língua portuguesa. Deste modo torna-se muito fácil a construção das frases. Mas a Língua portuguesa é muito rica, e os verbos têm muita flexão em tempo, modo, género e número. Não havendo muitos conhecimentos mais difícil se torna a apreensão dos conceitos e a construção das frases. O tétum tem muitas palavras de origem portuguesa ou mesmo portuguesas, mas os verbos em tétum são ainda mais fáceis que em inglês. Esta disparidade aumenta, a priori, a dificuldade.

c). Regras gramaticais: o mesmo que acontece com os verbos, e por isso é muito difícil conhecer e compreender. Além disso há pouco paralelismo entre as duas línguas e o mesmo acontece entre o português e o tétum, que tem muito poucas regras e nem sempre fixas. Há muitas regras gramaticais na Língua portuguesa, por isso é muito difícil para mim.

d) A nível da Língua escrita e da Língua oral: Por não ter muito conhecimento da Língua Portuguesa, das suas regras gramaticais, expressões idiomáticas, formas populares, verbos, e mesmo do vocabulário, os conhecimentos adquiridos no Ensino Superior têm-me ajudado bastante. Porém verifico muita insuficiência no meu conhecimento quer a nível escrito quer a nível oral. Não posso comparar-me a uma pessoa que possui a Língua desde a sua infância, que lhe está no sangue, ou seja com alguém que a tem como língua materna. Ainda não consigo conjugar o primeiro enunciado com o segundo ou terceiro. Pessoalmente posso afirmar que se precisa muito tempo para aprender a escrever bem esta Língua, dada a sua dificuldade para nós, como acima já tentei dizer.

5. Como se pode fazer para que um maior número de pessoas possa aprender a Língua Portuguesa

Penso que o governo timorense deve investir mais na área de formação dos professores, envia mais os jovens timorenses para Portugal e Brasil, no sentido de facilitar a consolidação do português no território do jovem Nação Timor-Leste. Cada cidadão deve sentir-se responsável no desenvolvimento do próprio país, em particular, esforçar em aprender a língua Portuguesa em qualquer oportunidade oferece a fim de praticar na vida quotidiana, em qualquer lugar onde for ou esteja. Se a Língua Portuguesa faz parte da identidade do povo timorense, devemos procurar ter este amor a nossa pátria.

E 3

1. Quando começou a estudar o português?

Depois da Independência de Timor-Leste 2002, fazendo alguns cursos duas vezes por semana levados a efeito por professores portugueses. Praticamente não me tem ajudado muito porque só o aprendi nas aulas e fora no meu ambiente familiar não falamos a Língua Portuguesa mas sim a nossa língua falada é o tétum e a nossa língua materna é o *makassae*.

2. Na sua família alguém fala português?

Algumas vezes o meu pai e os tios que ultrapassam os 40 anos é que falavam, porque tinham estudado no tempo português no colégio dos Padres Salesianos em Fatumaca na diocese de Baucau. Quando o meu pai e os meus tios falavam a Língua Portuguesa, misturava com algumas com algumas palavras em português como por exemplo: “Obrigado”, o “bom dia e boa tarde”, estas palavras sempre repetia.

3. Porque escolheu estudar em Portugal?

Achei que é importante aprender uma Língua que faz parte da nossa história, cultura e identidade. Se nós escolhermos a Língua Portuguesa como língua oficial a par do tétum, será certamente muito importante conhecê-la e aprendê-la para ser rápido na compreensão e

fluente na comunicação. É verdade que em Timor estamos a aprender a Língua Portuguesa, mas existe uma grande diferença porque em Timor só falamos durante um determinado tempo, praticamente só nas aulas ao passo que em Portugal não. É todo o tempo, nos jornais, na TV, na rua, em casa, na igreja, nas festas...É uma grande vantagem porque como diz Fernando Pessoa “a minha língua é a minha pátria”.

4. Quais são as dificuldades que sente em relação à Língua Portuguesa?

Verifico que o pouco conhecimento e compreensão da língua, dificulta a minha integração na universidade dadas as minhas enormes diferenças linguísticas e culturais face à realidade portuguesa.

- a) **Vocabulário:** tenho dificuldades porque antes de tudo não conheço e compreendo muita bem a língua, e acho que a raiz do problema é precisamente a pobreza do meu vocabulário.
- b) **Verbos:** Conheço alguns mas nem tudo o que conheço já sei; posso dizer que existem muitos verbos e variam muito segundo o modo e o tempo e por isso nem sempre consigo construir bem as frases.
- c) **Regras gramaticais:** Quanto às regras é o mesmo problema que acima referido. Sem conhecimento mínimo da língua torna-se sempre difícil a compreensão e a construção das frases segundo as regras gramaticais.
- d) **A nível escrito e oral:** encontro dificuldades em escrever e compreender quer a nível de compreensão quer a nível de expressão escrita e oral.

6. Como se pode fazer para que um maior número de pessoas possa aprender a Língua Portuguesa?

A educação de um país é o ponto primordial para o seu desenvolvimento; cada cidadão tem o dever de contribuir para o estudo e compreensão desta Língua a fim de que se possa comunicar com todas as pessoas. Há um factor importante: investir num projecto de alfabetização em favor dos que não tem conhecimento suficiente a nível intelectual; os dados estatísticos revelam que existe uma grande percentagem de analfabetos. Para isso dever-se-ia criar um programa de capacitação docente na área da Língua Portuguesa em Timor-Leste.

E 4

1. Quando começou a estudar português?

Num curso oferecido por professoras do Brasil que naquela altura se destinava a todas as pessoas que não sabiam falar e escrever o português no meu Distrito. Além disso lia também alguns livros escritos em português para saber ler e compreender, mas é muito pouco o meu conhecimento.

2. Na sua família alguém fala português?

Sim, porque o meu pai trabalhava na administração pública no tempo português e às vezes ele falava português com as pessoas que também o sabiam falar. E na igreja rezavam e cantavam os cânticos em português. As vezes o meu pai e algumas minhas famílias falavam o português entre eles. O meu pai tinha também alguns livros em português, algumas vezes ele lia o livro.

3. Porque escolheu estudar em Portugal?

Porque Portugal é um país de Língua Portuguesa, além disso o n.º 1 do artigo 13.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste aprova o português a par do tétum como línguas oficiais. Estudar neste país seria uma grande vantagem em aprender a conhecer, a compreender, escrever e falar o bom português. Antes de vir para Portugal concorri a duas bolsas de estudo, de Austrália e de Portugal. Consegui as duas bolsas mas optei vir para cá.

4. Quais são as dificuldades que sente em relação à Língua Portuguesa?

Antes de tudo gostava de dizer que o português que aprendi em Timor-Leste foi muito pouco. Aqui há vantagem porque o ambiente ou o país é já de Língua portuguesa.

Tive muitas dificuldades em compreender a linguagem que os professores usavam nas aulas, parecia-me que falavam muito depressa e por isso tornava-se muito difícil para mim

compreender. Dificultava a minha integração na universidade, nos contactos pessoais, com os amigos pois não tenho muitas palavras para expressar as minhas ideias e sou muito tímida.

- a) **Vocabulário:** quanto ao vocabulário posso dizer que aprendi algumas palavras nos estudos mas não é suficiente. O português é muito rico em vocabulário. Por isso com o pouco conhecimento que tenho, sinto muita dificuldade na expressão
- b) **Verbos:** O português está cheio de verbos. Para escrever e falar precisa de saber bem os verbos, mas os verbos são muito difíceis de aprender; é preciso fazer um estudo específico desta matéria para compreender todos os verbos e saber aplicá-los correctamente quanto ao tempo e quanto ao modo. Parece-me que quando falo ou escrevo dou muitos erros, e isso é devido à falta de conhecimento da conjugação dos verbos.
- c) **Regras gramaticais:** Como já mencionei acima é o mesmo problema desta matéria. Tenho muita dificuldade porque as regras gramaticais contidas na gramática normativa é que permitem a correcta escrita das frases.
- d) **A nível escrito e oral:** a dificuldade é a mesma, de maneira que não tendo muito conhecimento da Língua Portuguesa a minha expressão escrita e oral torna-se pouca compreensível.

5. Como se pode fazer para que um maior número de pessoas possa aprender a Língua Portuguesa?

Antes de responder a esta questão posso dizer que a responsabilidade recai sobre todos os cidadãos. Porém devemos ser realistas porque os dados estatísticos revelam que antes da independência só existia 5% de pessoas que sabiam escrever e falar português, e depois da independência a percentagem subiu para os 20%. Acho que se a Língua Portuguesa é a língua oficial, o Governo deve investir mais na formação dos formadores nesta matéria. Se não sabemos a Língua não podemos comunicar correctamente; e se o nosso saber passa pela informação, então devemos aprender a Língua para a podermos ensinar nas escolas e aplicá-la no dia-a-dia no ambiente em que vivemos.

